

Diário do Legislativo de 11/06/1997

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária de Debates

1.2 - 52ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa,

em 4 Julho de 1997, Destinada à Comemoração da

Semana do Meio Ambiente

1.3 - 187ª Reunião Extraordinária

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

4.2 - Plenário

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES

ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 9 DE JUNHO DE 1997

Presidência do Deputado Ivo José

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum" - ORDEM DO DIA.

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Geraldo Rezende - Ivo José - Aílton Vilela - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Geraldo Nascimento - Jorge Hannas - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Raul Lima Neto - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 10, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 52ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 4 DE JUNHO DE 1997, DESTINADA À COMEMORAÇÃO DA SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Presidência do Deputado Cleuber Carneiro

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Raul Lima Neto - Palavras do Sr. José Carlos Carvalho - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - ENCERRAMENTO.

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Marcelo Gonçalves - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Alvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Aduino - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Henrique - José Militão - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Toninho Zeitune - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Cleuber Carneiro) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. José Carlos Carvalho, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o Governador Eduardo Azeredo; Maurício Andrés Ribeiro, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente; Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor de Monitoramento e Controle do IEF; Túlio Messenas, Diretor Técnico do Departamento de Recursos Hídricos; Guálter de Moura, Presidente do Conselho de Meio Ambiente da Associação Comercial de Minas; Paulo Teodoro de Carvalho, Secretário Adjunto de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à comemoração da Semana do Meio Ambiente e, em especial, a ouvirmos o Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dr. José Carlos de Carvalho, que discorrerá sobre propostas de mudanças no sistema estadual do meio ambiente.

Palavras do Sr. Presidente

Já está definitivamente comprovado que a proteção ao meio ambiente e a promoção do desenvolvimento econômico não são objetivos que se excluem. São, antes, metas que se complementam.

Os atentados cometidos hoje contra o equilíbrio natural terão alto preço num amanhã que está sempre mais próximo do que podemos supor. Por isso a preocupação com o meio ambiente se torna, cada vez mais, uma questão urgente, que deve merecer lugar de destaque na agenda de quantos queiram ter os pés bem firmes na realidade. A mentalidade estreita e imediatista pode recomendar o afrouxamento da vigilância para atrair capitais, facilitar o progresso ou gerar empregos. Trata-se, entretanto, de atitude ignorante e irresponsável. Ignorante porque desconhece que a preservação da natureza é objeto de atenção da comunidade internacional. A degradação do meio natural causa prejuízos muito além do território onde é praticada, pois a ecologia ignora fronteiras políticas. Por isso, condutas ecologicamente incorretas podem acarretar boicotes aos países que as toleram. A atitude imediatista é irresponsável porque propõe que se empenhe o futuro em nome de um desenvolvimento presente que se sabe efêmero e questionável.

A ação efetiva em prol do meio ambiente não pode ficar limitada aos órgãos governamentais ou às entidades diretamente vinculadas à questão. Ela deverá envolver toda a sociedade e determinar profundas mudanças no comportamento de instituições e indivíduos. Poluição do ar, da terra e da água, desmatamento, extinção de espécies e danos semelhantes, muitos deles irreversíveis, só podem ser evitados mediante o compromisso da totalidade dos cidadãos. Consumidores, empresários, governantes, todos, enfim, têm que se dobrar à evidência de um amanhã difícil e adotar, desde já, uma postura respeitosa com relação aos recursos naturais.

A preocupação ecológica não é nova na Assembléia de Minas. Em parceria com diversos segmentos da sociedade mineira, este Legislativo tem desenvolvido um trabalho consistente para dotar o Estado de instrumentos legais que lhe permitam agir de modo eficaz, em prol da preservação do meio ambiente. A matéria tem sido, também, objeto da função fiscalizadora desta Casa, que é exercida, com coragem e responsabilidade, por meio de instrumentos como CPIs e audiências públicas. Desde que foi criada, nossa Comissão de Meio Ambiente tem-se alinhado entre as mais ativas da instituição, desenvolvendo um trabalho incansável e meritório em favor da causa ambiental. Respondendo aos desafios cada vez maiores propostos por um Estado em acelerado processo de desenvolvimento, ela tem buscado rever e atualizar a legislação disponível, à luz das mais avançadas doutrinas, num esforço constante para conciliar ecologia e economia.

Por isso mesmo, hoje, temos muito a comemorar. A contemplação do passado não nos pode, entretanto, fazer esquecer o que está por vir. Novas e maiores tarefas nos esperam. Fatos como a globalização econômica e a crescente importância de Minas no cenário nacional propõem novos e desafiadores problemas. Que este dia seja para nós um momento de reflexão sobre nossa responsabilidade, para que, em parceria com a comunidade, possamos dar as respostas que o povo mineiro espera de nós.

Palavras do Deputado Raul Lima Neto

O Sr. Presidente - Temos o prazer de passar a palavra ao Deputado Raul Lima Neto, autor do requerimento que suscitou a realização desta reunião.

O Deputado Raul Lima Neto. - Exmos. Srs. Deputado Cleuber Carneiro, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; José Carlos Carvalho, Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo; Maurício Andrés Ribeiro, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente; Humberto Candeias Cavalcanti, Diretor de Monitoramento e Controle do Instituto Estadual de Florestas; Túlio Messenas, Diretor Técnico do Departamento de Recursos Hídricos; Paulo Teodoro de Carvalho, Secretário Adjunto do Meio Ambiente; Srs. Deputados; meus senhores e minhas senhoras: passados cinco anos da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Rio-92, parece-nos oportuno lembrar que, nesse período, foram muito tímidos, no Brasil e em Minas Gerais, particularmente, os avanços que se poderiam esperar a partir das recomendações daquele tão importante evento.

Diante desse quadro, é preciso reafirmar a necessidade de darmos atenção permanente à questão ambiental, o que, em nosso entendimento, pode ser feito basicamente por três caminhos: o da conscientização da sociedade; o do aperfeiçoamento da legislação referente ao tema e o da fiscalização, para que seja cumprido o que estiver determinado em lei.

Cabe-nos, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, apontar os problemas ambientais específicos do nosso Estado e mencionar algumas iniciativas que têm sido tomadas nesta Casa para tentar solucioná-los. Tomaremos a liberdade de relacionar projetos e leis que se originaram de proposições de nossa autoria e foram amplamente debatidos e aperfeiçoados no âmbito da Comissão e do Plenário, com plena participação dos diversos segmentos da sociedade. A maioria desses projetos e leis, como veremos, refere-se à preservação dos recursos hídricos.

Gostáramos de citar o Projeto de Lei nº 627/95, que trata do lançamento de esgotos e de águas residuárias de qualquer natureza em cursos de água. Aprovado em 2º turno, na forma

de substitutivo, ele representa um instrumento essencial para a manutenção da qualidade dos nossos mananciais. Transformado em lei, permitirá que se discipline a emissão de efluentes e se mantenha a qualidade das águas de acordo com seus vários usos, compatibilizando os fatores sócio-econômicos com os aspectos ambientais. Se fizermos isso, evitaremos que córregos e rios se transformem em verdadeiros esgotos a céu aberto - o que, aliás, já acontece em alguns casos. Estaremos, conseqüentemente, protegendo a fauna e a flora aquáticas e, acima de tudo, estaremos protegendo o próprio homem, pois estaremos protegendo a saúde da população.

Nessa mesma linha, trazemos ao Plenário nossas preocupações em relação à Lei da Pesca, promulgada em julho do ano passado. Ela contém importantes inovações que visam a conciliar o equilíbrio ecológico com a pesca e a aquicultura, atividades de grande significado por suas funções recreativa e econômica, principalmente para as populações ribeirinhas.

Destaquem-se, entre essas inovações, a competência conferida ao Estado para gerenciar tais atividades, o zoneamento estadual da pesca, a classificação dos rios para esse fim e a conceituação de seis tipos de pesca permitidos por lei, incluindo-se aí as modalidades esportiva e profissional.

Contudo, essa norma legal está à mercê da iniciativa do Executivo, a quem cabe colocar em prática suas diretrizes e tomar as medidas delas decorrentes. Incluem-se entre as ações fundamentais para que ela entre efetivamente em vigor a classificação dos rios e o zoneamento estadual para a pesca, o que deve ser feito por meio de pesquisas e de audiências públicas com as comunidades.

Lembramos que também depende de ações do Executivo a aplicação da Lei nº 11.901, de 1995, que cria a Área de Proteção Ambiental do Rio Pandeiros, localizado no Norte do Estado. Essa APA, assim como as de outros importantes rios mineiros, será apenas ficção se não forem tomadas as providências para seu manejo adequado, no que diz respeito, por exemplo, às atividades de pesca, lazer, irrigação e geração de energia.

Criatório natural que abastece de peixes o São Francisco e é rico em paisagens de grande beleza, o rio Pandeiros espera, com urgência, tais providências.

Da mesma forma, precisa ganhar eficácia a Lei nº 10.629, resultante de proposição do Deputado Wanderley Ávila, que declara o rio Pandeiros, assim como vários outros do Estado, rio de preservação permanente. Promulgada em janeiro de 1992, ela até hoje não saiu do papel.

Têm sido ainda motivo de preocupação e de iniciativas da Comissão de Meio Ambiente as atividades de garimpo, assim como a exploração clandestina de areia e cascalho nas bacias hidrográficas, sem observância às leis de proteção ambiental.

Outra questão que nos preocupa bastante, relacionada com a sobrevivência dos nossos rios, é a destruição das matas ciliares, constatada em praticamente todo o território mineiro. A extinção dessas matas, como sabemos, provoca a erosão das margens, o assoreamento dos leitos e a redução dos alimentos para a fauna aquática, gerando uma enorme degradação do ecossistema hidrológico.

O fim do transporte fluvial em trechos antes navegáveis, o quase desaparecimento de cursos d'água em períodos de estiagem, ou as inundações incontroladas em épocas de chuva, são alguns dos efeitos danosos da eliminação das matas ciliares e a nossa despreocupação em replantá-la imediatamente.

Não poderíamos deixar de salientar, também, outro grave problema ambiental de Minas Gerais: a devastação dos cerrados. Cobrindo aproximadamente 50% do território mineiro, essa vegetação típica do Brasil é riquíssima em sua biodiversidade. Constitui um precioso banco genético da fauna e da flora, contendo espécies vegetais de grande valor, não apenas econômico, mas também para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

No entanto, esse patrimônio natural está sendo vorazmente destruído, principalmente pelo reflorestamento indiscriminado e pela produção de carvão. No caso do carvoejamento, a situação é ainda mais grave pelo seu aspecto social. Como foi comprovado recentemente por uma comissão especial da Assembléia Legislativa, são práticas comuns nos fornos de carvão o trabalho escravo e a exploração da mão-de-obra infantil.

E quando falamos em trabalho escravo, quando fazemos uma comparação examinando seriamente o que foi ser escravo, às vezes descobrimos que o trabalhador desses fornos de carvão está em situação mais degradante, mais humilhante, mais miserável que a situação dos escravos, porque às vezes nem mesmo o que comer eles têm.

Senhoras e senhores, não podemos permitir que uma atividade econômica seja exercida nessas condições, trazendo como conseqüência uma dupla degradação: a do meio ambiente e a do povo brasileiro, desrespeitado em seus direitos sociais e trabalhistas, ou melhor, desrespeitado por aqueles que não respeitam o meio ambiente, por aqueles que na ganância de produzirem a custos mais baratos destroem o meio ambiente e, conseqüentemente, são desrespeitados do homem, porque este está inserido no meio ambiente e a ele pertence.

A propósito, temos a satisfação de anunciar que tivemos o privilégio de apresentar recentemente a esta Casa um projeto que tem por objetivo acabar com tal atividade nos nossos cerrados. Aliás, diga-se de passagem, nos nossos cerrados estão os mais lindos rios e a maior reserva de água que o Estado de Minas Gerais possui.

Gostáramos, por outro lado, de registrar o nosso reconhecimento a uma iniciativa do Governo do Estado que consideramos de grande acerto: a instituição do chamado ICMS Ecológico, ou seja, o beneficiamento, na distribuição desse imposto, dos municípios que se engajarem na melhoria do saneamento básico e na defesa do meio ambiente.

Parabéns, Sr. Governador! V. Exa. tem demonstrado ser, talvez, o maior Governador ambientalista que já tivemos até então.

Essa compensação financeira constitui um estímulo eficaz à implantação de unidades de conservação e de projetos de tratamento de lixo e de esgoto, entre outras formas de preservação dos recursos naturais.

No entanto, queremos daqui também contribuir, dizendo que é necessário que se promovam maiores esclarecimentos sobre a matéria, pois os parâmetros e os critérios a serem observados para o recebimento desse incentivo ainda são desconhecidos por grande parte das autoridades públicas municipais.

Reafirmamos, para concluir, o compromisso da Comissão de Meio Ambiente, sintonizada com a filosofia da Assembléia Legislativa de Minas, de estar sempre aberta a todos os segmentos da sociedade, para a discussão e o encaminhamento das questões ambientais que digam respeito à vida dos cidadãos e ao desenvolvimento do Estado, porque acreditamos na importância dessa Comissão, da qual sou Presidente e que demonstra grande senso de responsabilidade. Ao propor reunião solene para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, amanhã, dia 5, - que tivemos de antecipar - a Comissão demonstra sua preocupação com o ecossistema, porque sei que a terra é um organismo vivo, que não somente vinga, mas também retribui.

Por isso, tivemos esse privilégio. Agradecemos ao autor do projeto e das idéias, porque aquilo que nos chega ao coração, temos que reconhecer, se são coisas boas, são de Deus, porque Deus é Espírito, razão pela qual agradeço, com muita alegria, a presença dos senhores que tanto honram esta Casa e a mim, ao atender o nosso convite. Muito obrigado.

Palavras do Sr. José Carlos Carvalho

Exmo. Sr. Deputado Cleuber Carneiro, Vice-Presidente desta Assembléia Legislativa, na Presidência desta sessão de comemoração da Semana do Meio Ambiente, por meio de quem gostaria de saudar todos os Deputados presentes; demais autoridades da Mesa; meus companheiros dirigentes do Sistema Estadual de Meio Ambiente; meus senhores e minhas senhoras; temos o imenso prazer de comparecer hoje, Sr. Presidente, com uma obrigação constitucional, na condição de Secretário do Governo de Minas Gerais e, ao mesmo tempo, cumprindo um dever de cidadania, de reverência ao Poder Legislativo como a máxima expressão da soberania popular. Ao estarmos aqui, acompanhados dos nossos companheiros dirigentes da Secretaria e dos órgãos vinculados à SEMAD: a Fundação Estadual do Meio Ambiente, o Instituto Estadual de Florestas, o Departamento de Recursos Hídricos, queremos não apenas reafirmar o compromisso do Governo Eduardo Azeredo com a questão ambiental, mas também colocar toda a nossa secretaria e sua estrutura decisória à

disposição dos Srs. Deputados, no momento em que esta Casa examina cinco projetos de lei de autoria do Poder Executivo, relacionados com a completa reestruturação da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, cumprindo, é bom ressaltar, com uma diretriz desta própria Casa, que, ao criar a Secretaria de Meio Ambiente, em 1995, determinou que o Governo do Estado encaminhasse à Assembléia o conjunto de medidas que, nesta oportunidade, os nobres Deputados estão tendo oportunidade de examinar e debater. Não poderíamos comparecer a uma reunião desta magnitude, especialmente convocada para comemorar a Semana do Meio Ambiente, sem fazer uma referência especial ao papel que a Assembléia Legislativa de Minas vem desempenhando, no que diz respeito ao ordenamento legal da gestão do meio ambiente em Minas, particularmente depois da Constituição Federal de 1988 e da Constituição Estadual de 1989. Com toda a certeza, avaliando as ações dos Estados federados do Brasil, é fácil perceber e constatar que o Estado de Minas Gerais, graças à vontade política do seu parlamento, vem cumprindo um papel extraordinário, no que diz respeito à aplicação do mandamento constitucional da competência concorrente estabelecida na Constituição de 1988, em relação à temática do meio ambiente e da gestão dos recursos naturais. Fomos o Estado que, valendo-se desse novo mandamento constitucional, mais discutiu, debateu e estabeleceu leis específicas que dão a Minas não apenas um novo reordenamento legal em relação aos instrumentos necessários ao aprimoramento da gestão do meio ambiente, mas, sobretudo, fazem com que, muitos dos problemas do passado que ainda persistem e que foram aqui sobejamente examinados no pronunciamento do Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, o nobre Deputado Raul Lima Neto, estejam sendo enfrentados de maneira consistente, em razão desse aperfeiçoamento. Ao legislar concorrentemente com a União, estabelecendo normas específicas para o aparelhamento da ação do Estado, a Assembléia de Minas tem permitido que seja possível tratar assuntos da maior relevância relacionados à proteção do meio ambiente, levando-se em conta as peculiaridades do Estado e a especificidade das suas várias regiões. Somos um Estado que, pela própria inserção no contexto do País, é praticamente um resumo de todos os biomas e de todos os ecossistemas que ocorrem no Brasil, desde a ocorrência da floresta de pinhais, de araucárias, no Sul de Minas, até a caatinga, na transição do cerrado com a caatinga na região Norte de Minas. É óbvio que essa realidade encontra hoje, na legislação estabelecida pelo Estado, graças à iniciativa desta Casa, uma possibilidade muito mais concreta e efetiva de ter soluções. Destacamos a Lei Estadual dos Recursos Hídricos, fazendo com que o Estado pudesse ter, mesmo antes da União, que sancionou a sua lei em janeiro deste ano, uma legislação própria para gerir os seus recursos hídricos. Destacamos a Lei Florestal Estadual, um ordenamento legal reconhecido nacional e internacionalmente pela sua modernidade e pela eficácia dos seus resultados. Do mesmo modo, podemos citar ainda a lei estadual que disciplina o uso de agrotóxico, a lei estadual que estabelece as diretrizes da educação ambiental de Minas, a Lei de Proteção dos Mananciais, e mais recentemente a Lei de Proteção à Pesca, demonstrando não apenas a preocupação da Assembléia Legislativa de Minas em aplicar o mandamento emanado da Constituição de 1989, mas, sobretudo, demonstrando a sintonia dessa instituição com as mais legítimas aspirações e anseios da comunidade de Minas, em relação à gestão do seu patrimônio natural e à proteção do meio ambiente. Coube a esta Casa, reiterando essa preocupação que vem desde 1988, acolher a iniciativa do Governador Eduardo Azeredo de criação da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, dando ao Estado um instrumento institucional específico para melhor gerir o patrimônio natural e administrar o contencioso em relação ao uso dos recursos naturais, por imposição das demandas sociais do Estado e da necessidade da conservação desse patrimônio por imperativo de natureza ecológica. No momento da criação da Secretaria de Meio Ambiente, amplamente debatida e discutida nesta Casa (provavelmente o projeto de lei de reorganização do Estado mais debatido e discutido aqui), ficou a convicção de que esse procedimento deveria ser complementado por determinação da própria Assembléia, por uma ampla reorganização da administração ambiental do Estado, de tal maneira que os objetivos estratégicos, filosóficos e doutrinários que nortearam a criação dessa secretaria pudessem ter um desdobramento operacional com relação à própria estrutura orgânica do Estado de Minas, na aplicação dessas diretrizes.

Com essa diretriz, cumprindo rigorosamente o propósito emanado da orientação desta Casa, novamente o Governador Eduardo Azeredo encaminha os projetos de lei que agora estão sendo oportunamente examinados pela Assembléia Legislativa. Eles constituem um conjunto consistente de medidas, embora separados por razões regimentais, integrando um contexto único, através do qual o Governo do Estado deseja estabelecer um sistema de gestão do meio ambiente integrado e descentralizado, fazendo com que possamos aproximar cada vez mais as decisões de Governo das preocupações da sociedade e das aspirações da comunidade. Esse conjunto de medidas consolida o propósito de criação da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas, no sentido de incorporar, de maneira definitiva, no processo de gestão do Estado, os conceitos que deram origem à realização da Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, realizada no Rio, em 1992, para que a ênfase institucional do desenvolvimento sustentável, como premissa do uso racional dos nossos recursos naturais, pudesse encontrar ressonância em toda a estrutura de decisão do Governo, responsável pela aplicação das normas que esta Casa vem editando ao longo desses últimos anos.

Por isso, é importante ressaltar, para compreensão dos nobres Deputados com assento na Assembléia Legislativa, os principais objetivos e as opções estratégicas que estão norteando a realização desse esforço de reorganização, que os senhores terão a oportunidade de examinar durante a tramitação dos projetos. Primeiro, retomando a consolidação de um conceito que permeou toda a discussão preliminar que levou à criação da própria secretaria, de uma opção por um modelo de gestão matricial, não meramente departamentalizada, que desse condições do mais amplo envolvimento das diversas esferas de decisão do Poder Executivo no processo de formulação e de implementação da política ambiental do Estado.

Com esse propósito, o projeto estabelece que todas as secretarias de Estado com assento no Conselho Estadual de Política Ambiental passam a ter o núcleo de gestão do meio ambiente, fazendo com que seja possível internalizar a discussão da variável ambiental na formulação das políticas setoriais, para que todas as esferas de decisão do Governo tenham um compromisso com a questão ambiental, desfazendo um dos problemas do modelo institucional, implantado na década de 70, de criar estruturas estanques e departamentalizadas para decisão na área do meio ambiente, fazendo com que surgisse uma deformação de natureza institucional que praticamente determinava que, tendo-se uma estrutura de meio ambiente, esta estrutura de certa forma desobrigaria as demais esferas de decisão do Governo com a questão ambiental.

O que queremos retomar nesse momento, com os projetos de lei que os senhores terão oportunidade de examinar, é a configuração de uma estrutura orgânica matricial, de tal maneira que as demais secretarias de Estado possam incorporar a variável ambiental na formulação das políticas setoriais, sem que isso signifique a renúncia por parte do órgão ambiental do Estado da sua competência de exigir a aplicação das normas legais relativamente à gestão do meio ambiente e à proteção do patrimônio natural.

Da mesma maneira, e com o mesmo espírito, o projeto de reorganização do Conselho de Política Ambiental consolida a vocação da política ambiental de Minas à prática de uma gestão colegiada e participativa.

Fomos o primeiro Estado da Federação que, há 20 anos, ao criar o COPAM, estabeleceu o primeiro esforço de ordenamento legal e institucional praticado no País, em resposta à conferência de Estocolmo, de 1972, para dar substância à administração do Estado em relação à política do meio ambiente.

Essa experiência vitoriosa do COPAM está sendo agora consolidada, de tal maneira que no esforço de gestão do meio ambiente que pretendemos praticar estamos abrindo mão da possibilidade constitucional de decisões unilaterais e monolíticas por um processo de decisão colegiado e participativo entre os diversos segmentos interessados na proteção do meio ambiente.

Vale dizer que estaremos implementando uma política de meio ambiente e tomando as grandes decisões necessárias à sua implementação, não por ato unilateral do Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, mas por deliberação de um colegiado, em que o Governo irá compartilhar com a sociedade civil, com as entidades de classe do setor produtivo, e com as organizações ambientalistas não governamentais, o processo de decisão e implementação das políticas consideradas mais adequadas à proteção do meio ambiente e à reversão do quadro de uso predatório de nossos recursos naturais.

Também com o mesmo propósito, essas diretrizes determinam o procedimento da ampla descentralização da administração ambiental do Estado, visando a um maior engajamento e à participação dos municípios no processo de tomada de decisão, de formulação e de implementação da política de meio ambiente.

É fundamental que se estabeleçam procedimentos que ensejem a organização ambiental dos municípios, de tal maneira que os problemas ambientais de dimensão local, de natureza local, aqueles empreendimentos que provoquem impactos ambientais exclusivamente locais possam ter a oportunidade de ser examinados e decididos por instâncias de natureza municipal, sem prejuízo da ação supletiva do Estado para corrigir deformações que possam eventualmente ocorrer nesse processo de gestão descentralizada.

Queremos cumprir uma premissa fundamental das diretrizes do Governador Eduardo Azeredo, no sentido da descentralização, que, no caso do meio ambiente, praticamente teve partida com a criação do ICMS ecológico. Esta Casa, ao aprovar esse instrumento, reafirmou, mais uma vez, o seu compromisso com uma moderna política ambiental para o Estado. Dessa forma, estamos ensinando um acréscimo de receita, que irá melhorar a gestão ambiental dos municípios. No entanto, eu destacaria que a política do ICMS ecológico, mais do que o acréscimo de receita, teve como grande desdobramento político a possibilidade de fazer com que as questões ambientais urbanas mais graves, como a disposição inadequada do lixo e o tratamento de esgotos, pudessem fazer parte da agenda de decisão municipal, pudessem estar inseridas na agenda dos Prefeitos, deixando de ser uma questão periférica em relação ao núcleo de poder municipal.

Por isso, ao permitir, através da criação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, o estabelecimento dessa descentralização, queremos estimular o processo de gestão descentralizada da política ambiental do Estado, facilitando a administração ambiental propriamente, objetivando a capilaridade do sistema de gestão ambiental com a participação dos municípios, ao invés do uso da prática de gestão tradicional de ampliar a presença do Estado, com a criação de enormes estruturas, que onerariam o contribuinte, mas criando as condições para que os municípios possam compor o sistema de meio ambiente, participando ativamente das decisões, inclusive no que diz respeito à operacionalização de medidas de controle, de fiscalização.

Assim, uma questão fundamental também se coloca no processo de modernização da própria gestão do Estado, na medida em que o regime democrático não é compatível com os modelos concentrados de poder e de decisão. Ao apostar na descentralização, reiteramos uma convicção do Governo de que a participação da cidadania será cada vez mais possível, mais consistente, com modelos descentralizados que aproximem o processo decisório dos cidadãos. Obviamente, numa área de direito difuso, como é a questão do meio ambiente, é impossível imaginar o sucesso de uma política ambiental sem a participação dos cidadãos, sem a participação da sociedade.

Com esses comentários, Sr. Presidente, queremos introduzir o debate para o qual fomos convidados, permitindo que esta Casa, soberanamente, com a competência do conhecimento do seu corpo técnico e com a autoridade política dos seus Deputados, possa examinar e debater esses projetos, oferecendo a Minas a oportunidade de completar a sua estrutura organizacional na área de meio ambiente, oferecendo à sociedade instrumentos institucionais eficazes e competentes para o enfrentamento dos nossos problemas ambientais. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante inicia-se a fase dos debates. A Coordenação informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas por escrito ou oralmente. Os participantes que fizerem uso do microfone queiram se identificar, dispensando as formalidades das saudações pessoais. Cada participante terá 3 minutos para sua intervenção.

Debates

O Sr. Presidente - Temos na mesa uma pergunta do Deputado Raul Lima Neto dirigida ao Secretário: (- Lê:)

"Sr. Secretário, por força da Lei nº 11.508, de 1994, o contribuinte da taxa florestal que realiza projetos relacionados com a implementação da política florestal do Estado, efetuando gastos em fomento, manejo sustentável de florestas da ativa ou plantadas próprias, bem como em projetos de regularização fundiária de unidades de conservação, tem assegurada a redução de até 50% do valor da referida taxa. Não seria interessante assegurar que tal redução ocorra também no caso de projetos que contribuam para o conhecimento e a conservação da biodiversidade do Estado?"

Justifica-se, conforme sugestão da Fundação Biodiversitas e do Centro para Conservação da Natureza de Minas Gerais, que aos consumidores de produtos e subprodutos florestais que tenham atingido a auto-suficiência plena e aos quais não mais interessa desenvolver atividades de fomento florestal, os recursos da redução da taxa poderiam ser usados também para a proteção da biodiversidade."

O Sr. José Carlos Carvalho - O nosso entendimento é o de que essa é uma proposta que serve ao aperfeiçoamento do projeto de lei encaminhado à Assembléia. É um assunto que, obviamente, teremos que tratar dentro do Governo, mas imagino que ele possa ser adotado para aperfeiçoar o projeto de lei já encaminhado, na medida em que ele complementa os objetivos dos mecanismos compensatórios estabelecidos na legislação atual da taxa florestal.

Eu responderia conclusivamente ao nobre Deputado Raul Lima Neto, com o entendimento de que esta é uma proposta que realmente facilita a aplicação do próprio dispositivo por parte do Instituto Estadual de Florestas. Estamos de acordo.

O Sr. Presidente - Temos várias indagações ao Sr. Secretário, mas poderemos alternar entre a pergunta escrita e alguém que se habilite a fazê-la oralmente.

Com a palavra, o Deputado Antônio Roberto.

O Deputado Antônio Roberto - Sr. Secretário, no novo modelo proposto para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pode-se observar que a competência para a concessão da outorga do direito de uso das águas foi transferida do Departamento de Recursos Hídricos - DRH - que agora se transformou no IGAM - para o Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.

Se observamos a Lei Federal nº 9.433, de 1997, que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos, portanto, a lei balizadora da Política Estadual de Recursos Hídricos, veremos que compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, " estabelecer critérios gerais para a outorga de direito de recursos hídricos ...".

O modelo de concessão de outorga hoje vigente em Minas Gerais é compatível com o federal . Há entidades específicas - o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH - e o atual DRH - que são encarregados de cuidar dessa tarefa. É também o resultado das proposições colhidas no Seminário Legislativo Águas de Minas, promovido por esta Casa, que resultou num valioso conjunto de contribuições à tramitação do projeto de lei, hoje Lei nº 11.504, de 1994, que trata especificamente da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Estamos transferindo a outorga do âmbito do CERH, um conselho específico que tem composição paritária entre o poder público e a sociedade civil e ligação direta com os comitês e agências de bacias que se pretende implantar em Minas Gerais, que trata exclusivamente da questão água para o COPAM, um conselho já sobrecarregado por uma pauta extremamente densa de trabalhos e, por isso mesmo, moroso em suas decisões. Não seria mais prudente manter o sistema atual e fortalecer o IGAM, técnica e financeiramente, e o CERH?

A próxima pergunta o senhor já respondeu em parte, mas voltaria a fazê-la para o senhor esclarecer mais detalhadamente. De acordo com o projeto da SEMAD, cada secretaria de Estado com assento no COPAM deverá dispor de núcleo de gestão ambiental com a finalidade de apoiá-lo e compatibilizar as políticas setoriais com a proteção do meio ambiente. Tais núcleos, que atuarão em articulação com a SEMAD, por meio da Superintendência de Política Ambiental, terão competência técnica e normativa. A criação desses núcleos em outras Pastas não poderá trazer embaraços à administração como um todo? Qual o significado e alcance dessa competência técnica e normativa? Após o esclarecimento sobre esses pontos, gostaríamos que V. Exa. abordasse também o caso específico da PMMG que, segundo prevê o art. 121 do Projeto de Lei nº 1.181/97, atuará em articulação com a SEMAD.

O Sr. José Carlos Carvalho - Nós gostaríamos de agradecer a intervenção do nobre Deputado Antônio Roberto, que permite, com as perguntas feitas, o esclarecimento de pontos importantes do projeto de lei encaminhado à Assembléia, na forma como ele foi concebido.

Primeiramente, eu gostaria de destacar que esses projetos foram objeto de demorados estudos técnicos de uma equipe integrada da nossa Secretaria, envolvendo técnicos da própria SEMAD, da Fundação Estadual de Meio Ambiente, do DRH e do IEF. Assim, essas questões foram exaustivamente debatidas. Depois, esses estudos passaram pelo crivo extremamente competente da equipe técnica da Superintendência de Planejamento Institucional da Secretaria do Planejamento, de modo que essas questões fazem parte de um contexto mais amplo, que nós gostaríamos de discutir para responder à especificidade da indagação do Deputado Antônio Roberto.

Com relação à questão da outorga de água, na sua fala o senhor menciona aquilo que alguns setores chamam de morosidade do COPAM. Poderíamos até concluir que essa morosidade não existe na forma como é mencionada, mas acho que o nosso objeto neste momento não é propriamente essa discussão. Em primeiro lugar, acho que é importante ressaltar o compromisso dessas medidas com a agilidade do processo de licenciamento. O que nós pretendemos com a reorganização do sistema, particularmente do COPAM, é estabelecer que tanto a FEAM quanto o IEF e o DRH - e seu substituto, o Instituto de Gestão das Águas - passarão a operar como órgãos seccionais do Conselho. Hoje temos como secretaria executiva a FEAM. Após o exame e a aprovação do projeto pela Assembléia Legislativa, passaremos a ter as três instituições atuando como órgãos seccionais de apoio, fazendo com que uma infra-estrutura organizacional muito mais ampla possa ser colocada à disposição dos procedimentos de licenciamento. E, neste momento, uma das preocupações com as quais trabalhamos e para a qual gostaríamos de merecer a atenção dos Srs. Deputados está relacionada com aquilo que estamos denominando de unicidade do processo de licenciamento.

O objetivo é facilitar a vida do cidadão. Entendemos que as exigências ambientais previstas na lei são necessárias à sociedade e não devem existir para dificultar a vida das pessoas físicas ou jurídicas que demandam o licenciamento ambiental no Estado.

O que queremos, ao colocar o COPAM, é retirar a atribuição como está aqui, porque um esclarecimento deve ser feito: na estrutura que está vigendo, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos não tem competência de outorga. A competência de outorga, hoje, é do Departamento de Recursos Hídricos. Então, o primeiro ponto que é preciso destacar é que a decisão da outorga não é colegiada, como se fez entender, porque quem tem a competência é o DRH, e não, o CERH. O que pretendemos, coerentes, inclusive, com a norma federal, como explicaremos depois, é fazer com que o empreendimento hidráulico que hoje necessita de licença ambiental para operar, no que diz respeito aos impactos ambientais, que podem provocar a outorga de água noutra esfera de decisão, seja objeto de uma licença única, e que a questão da outorga seja examinada juntamente com os aspectos ambientais. Até porque uma das maiores deformações de caráter técnico que poderíamos atribuir ao modelo vigente está na separação entre os tratamentos dados à quantidade e à qualidade da água, como se fosse possível fazer separadamente a avaliação.

A outorga trata da quantidade de água. A outorga é para autorizar o usuário a retirar um determinado volume dos cursos de água, e a licença ambiental depende do exame do impacto ambiental dos empreendimentos. Ora, é óbvio que, se autorizamos a mudança de um volume, a extração de um determinado volume num curso de água, estamos automaticamente alterando as condições ambientais dos recursos hídricos, do ponto de captação desses recursos.

O que desejamos, em primeiro lugar, é fazer com que seja facilitada a vida do empreendedor. Ele vai, ao mesmo tempo, obter a outorga e a licença ambiental, e é bom registrar que, na reestruturação, o DRH passará a fazer parte do COPAM, como um dos seus órgãos seccionais, e manterá a sua competência. Esse procedimento de outorga combinada com licenciamento não continuará, passará a ser feito pelo COPAM, mas continuará, no que diz respeito aos aspectos técnicos, como um procedimento a ser estabelecido pelo corpo diretivo e técnico do Departamento de Recursos Hídricos.

O que desejamos é coerente com a norma federal, até porque o que estabelece, a rigor, a norma federal, como está bem explicitado num dos pontos da pergunta, o que compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos é estabelecer critérios gerais para a outorga de direito de água. Não compete ao Conselho a outorga propriamente, que é uma medida de natureza operacional que a própria Lei Federal de Recursos Hídricos remete à competência dos comitês de bacia. É o que determina também a Lei Estadual de Recursos Hídricos e é o caminho natural que teremos de aplicar no curso da modernização da administração ambiental do Estado.

Esse é um ponto que gostaria de esclarecer, aproveitando a oportuna pergunta e o questionamento do Deputado Antônio Roberto.

Com relação à segunda questão, gostaria de dizer ao Deputado que temos feito uma defesa muito entusiasmada dessa idéia de se ter uma secretaria matricial.

O nosso entendimento é o de que os núcleos de gestão a serem estabelecidos nas secretarias de Estado e que terão competência para formular políticas setoriais com interface de meio ambiente, longe de criar qualquer embaraço, tornar-se-ão o elo fundamental de integração do Governo no que diz respeito ao seu planejamento estratégico com relação à política de meio ambiente. Poderíamos adotar o modelo tradicional, um modelo como o que ocorre nos outros Estados, com uma super-estrutura. Isso equivaleria, por exemplo, a termos, na Superintendência de Política Ambiental da Secretaria, uma divisão, vamos supor, de agricultura e meio ambiente, que se encarregaria de examinar e debater todas as questões ligadas à política agropecuária, na sua interface com o meio ambiente, na sua repercussão ambiental. Entendemos que será muito mais eficiente que a própria Secretaria da Agricultura tenha um núcleo de gestão ambiental para internalizar a discussão da questão ambiental. Esse núcleo de gestão ambiental passa a assessorar, automaticamente, o Secretário Adjunto da respectiva pasta, que é o titular dessa Secretaria do COPAM, facilitando os procedimentos de análises, de pareceres e decisões que temos no COPAM. No modelo atual, o Secretário Adjunto representa a Secretaria, participa das reuniões, sem ter nenhuma retaguarda em sua secretaria de origem que possa, inclusive, orientar sua participação no processo decisório.

Assim, com esse núcleo de gestão nas secretarias, queremos criar um elo que facilite a interlocução do Conselho de Política Ambiental, no qual o Secretário Adjunto da pasta tenha assento como titular e uma pequena estrutura que não onerará a secretaria, com relação à existência desse núcleo de gestão de meio ambiente.

Por fim, permita-me um esclarecimento importante, porque esta é uma das questões que achamos fundamentais no processo de organização que está submetido à Assembléia e que tem a ver com o novo papel que será conferido à Polícia Florestal. Na sua reorganização, a Polícia Florestal de Minas Gerais passa a ser também uma polícia de defesa do meio ambiente, ampliando as atribuições que tem hoje em relação à fiscalização da caça, pesca e desmatamento. Tudo isso, como determina a lei, sem prejuízo da sua subordinação política e administrativa ao Comando Geral da Polícia Militar. A Polícia Florestal e de Defesa do Meio Ambiente passará a atuar em articulação com a SEMAD, o que significa aplicar as normas que serão estabelecidas no âmbito do COPAM pela Secretaria.

Não sei se satisfação às indagações do nobre Deputado, mas são esses os esclarecimentos que, inicialmente, gostaríamos de prestar.

O Sr. Presidente - Sr. Secretário, pergunta do Deputado Gilmar Machado: (- Lê:)

"Estão sendo criados 89 cargos de provimento efetivo no projeto da SEMAD. Quando a SEMAD foi instituída pela Lei nº 11.903, ficou estabelecido no art. 13, que o quadro de carreira da Secretaria se faria por remanejamento e provimento de cargos vagos existentes na administração direta. Tal medida tinha por objetivo não onerar os cofres públicos. Na reforma administrativa proposta pelo Executivo Federal ao Congresso Nacional procura-se flexibilizar a estabilidade dos servidores públicos, para que possam ser desligados do serviço público, por insuficiência no desempenho da função, por excesso de quadro, em razão do limite da Lei Rita Camata. Minas Gerais, segundo o próprio Governo, está comprometendo muito mais do que permite a Lei Rita Camata e dispõe de um contingente de servidores muito além do que necessita. Por que, então, criar mais 89 cargos?"

O Sr. José Carlos Carvalho - Gostaríamos, em atenção ao questionamento do Deputado Gilmar Machado, de esclarecer, em primeiro lugar, que o comando do art. 13 da lei que criou a Secretaria continua vigente. Nós continuamos mantendo o comando do art. 13, no sentido de compor o quadro da Secretaria através de remanejamento de servidores de outras esferas do Governo do Estado. Acontece que, por uma questão de natureza legal, ao criar-se a Secretaria, a sua própria lei de criação não definiu o quadro de lotação setorial da Secretaria. O que estamos fazendo, nesse momento, é definir um quadro de lotação setorial para o qual se possa remanejar os servidores de outras esferas de governo, porque a nossa situação, do ponto de vista legal, é de que o comando do art. 13, que nós continuaremos a aplicar, não pode ser utilizado, porque não há na Secretaria um quadro setorial de lotação para receber o funcionário que eventualmente pudesse ser remanejado de um quadro de outra secretaria. Ainda assim, e mesmo se tratando de remanejamento, optamos por manter um número reduzido de 89 servidores, que, seguramente, é de longe o menor quadro setorial de qualquer secretaria de Estado do Governo de Minas.

O Sr. Presidente - Pergunta de Diane Rocha Dutra, Presidente da Associação dos Amigos da Serra do Curral. (- Lê:)

"Sr. Secretário José Carlos Carvalho, tivemos a notícia, pela imprensa, que uma verba para a implantação da APA-SUL já foi liberada pelo Banco Mundial. O que já foi feito até agora para a realização do zoneamento ecológico e econômico dessa APA? Que destino terá a serra do Curral nesse macrozoneamento?"

O Sr. José Carlos Carvalho - A pergunta da Sra. Diane também nos permite trazer a esta Casa um esclarecimento importante relacionado à implantação da APA-SUL de Belo Horizonte. De fato, depois de alguns contatos promissores que tivemos com o Banco Mundial, ele concordou que parte dos recursos que atualmente servem ao financiamento do PROSAM pudessem ser utilizados para promover os estudos de zoneamento da APA-SUL. O projeto técnico já foi concluído no âmbito da Secretaria e está em fase de exame por parte do Banco Mundial, porque, dentro do ritual dos contratos financiados pelo Banco, esses projetos têm que obter um "no objection" que determina, na verdade, a sua aprovação pelo Banco. Com esses recursos e com esse projeto, então, iremos contratar o zoneamento ecológico e econômico, como estabelecido na lei. Simultaneamente, foi constituído o conselho consultivo da APA, que terá inclusive o papel de examinar as opções de zoneamento a serem estabelecidas, de tal forma que o destino que a serra do Curral terá nesse zoneamento será aquele que for objeto dos estudos técnicos e também das opções que nós realizarmos no âmbito do conselho consultivo, que foi constituído e que estabelecemos como fórum de decisão a respeito desse tema. É óbvio que, no que tange à nossa percepção e ao nosso compromisso, o destino a ser dado à serra do Curral deve ser a sua conservação, para evitar e estancar os problemas que temos hoje de ocupação indiscriminada da serra.

O Sr. Presidente - Sr. Secretário, há agora duas perguntas do Deputado Anivaldo Coelho. (- Lê:)

"Ao propor nova estrutura orgânica à SEMAD, IEF, IGAM e FEAM, com a criação de várias unidades administrativas, diretorias, superintendências, etc., decorre, naturalmente, a necessidade de se criar os correspondentes cargos comissionados, uma vez que não são de carreira. Percebe-se, nos projetos, que o Executivo orienta-se pelo provimento de recrutamento amplo e não pelo provimento de recrutamento limitado. Como se sabe, os cargos em comissão de recrutamento limitado oneram menos e valorizam o servidor concursado. Como o Secretário vê essa questão?"

O Sr. José Carlos Carvalho - Na verdade, os projetos que estão encaminhados e que reestruturam a FEAM, o IEF e o DRH, estabelecem, acompanhando uma diretriz governamental, que os cargos de direção superior são de recrutamento amplo e os cargos de direção intermediária são de recrutamento amplo e limitado, de tal maneira que seguimos, de certa forma, as diretrizes gerais que o Estado estabelece. Inclusive, como funcionário de carreira do Estado, entendo a importância do recrutamento limitado. Queremos manter, dentro da orientação legal, o recrutamento limitado para o maior número de cargos, mas também temos de concordar que, para operar uma estrutura de Governo moderna e recente, isso não seria possível exclusivamente usando os cargos de recrutamento limitado.

O Sr. Presidente - A segunda pergunta do Deputado Anivaldo Coelho é a seguinte. (- Lê:)

"O IEF, o IGAM e a FEAM constituirão órgãos seccionais de apoio. Nesse sentido, estão no mesmo patamar, embora cada entidade tenha sua atribuição específica. O tratamento salarial dispensado aos servidores dessas entidades é bastante diferenciado. Acreditamos que esta é uma situação transitória e, uma vez que o Estado está reformulando o seu sistema de meio ambiente, não seria também o momento oportuno para corrigir essas distorções salariais ou mesmo criar os mecanismos para que isso possa vir a acontecer num certo prazo?"

O Sr. José Carlos Carvalho - O questionamento levantado pelo Deputado Anivaldo Coelho é extremamente procedente. Estamos organizando uma secretaria com base em órgãos que foram deslocados de esferas distintas de decisão do Poder Executivo - a FEAM, que se desligou da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente; o Instituto Estadual de Florestas, da Secretaria da Agricultura; e o DRH, da Secretaria de Minas e Energia -, de tal maneira que encontramos uma situação em que cada órgão tinha uma política salarial específica, um plano de cargos específico, e a decisão do Governo é a de realizar um plano de carreira específico para o meio ambiente do Estado. Obviamente, isso implica rever as tabelas salariais, e o Estado tomou a iniciativa de iniciar esse procedimento. Tanto é assim que os projetos trazem, no caso do IEF e do IGAM uma mudança em suas tabelas salariais. Mas, neste momento, em face das conhecidas dificuldades financeiras do Estado, teremos de fazer isso por meio de aproximações sucessivas. A primeira aproximação já está sendo feita. Mesmo com essa dificuldade, o Governador Eduardo Azeredo aprovou a iniciativa de começar a alterar, até que possamos, num segundo ou terceiro momento, dependendo da futura situação financeira do setor público, realizar o objetivo de estabelecer um plano de carreira único de meio ambiente, atendendo às questões levantadas pelo Deputado, que são oportunas e que, reconhecemos, devem ser parte de um projeto, que não pode, todavia, ser imediatamente implantado, por razões de recursos.

O Sr. Presidente - Não havendo mais perguntas, a Presidência agradece a presença do Sr. José Carlos Carvalho e das demais autoridades e convidados, certa de que, com esses debates e com essa participação, só crescemos no processo democrático. São doses fortes de democracia que vão gerar cada dia mais a situação cidadã que tanto buscamos.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo desta reunião, a Presidência a encerra, convocando os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 5, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa, também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 187ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 5 DE JUNHO DE 1997

Presidência do Deputado Romeu Queiroz

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - Posse do Deputado Baldonedo Napoleão - Designação de comissão - Composição da Mesa - Leitura do Termo de Posse - Leitura do Compromisso de Posse - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Baldonedo Napoleão -ENCERRAMENTO.

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Geraldo Rezende - Dilzon Melo - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo da Costa Pereira - Gil Pereira - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Militão - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria José Haueisen - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Pércles Ferreira - Raul Lima Neto - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Toninho Zeitune - Wanderley Ávila - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- O Deputado Gilmar Machado, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Posse do Deputado Baldonedo Napoleão

O Sr. Presidente - A Presidência, a partir deste momento, procederá à posse do Sr. Baldonedo Arthur Napoleão, 2º-Suplente da coligação Todos por Minas, na vaga decorrente do afastamento do Deputado Mauro Lobo para a investidura na função de Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia.

Designação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência designa os Deputados Ailton Vilela e Sebastião Navarro Vieira para, em comissão, conduzirem a este Plenário o Sr. Baldonedo Arthur Napoleão.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Bené Guedes, Secretário de Estado de Minas e Energia, representando o Exmo. Sr. Governador do Estado, Sr. Eduardo Azeredo; Deputado Federal Octávio Elísio; Deputado Dilzon Melo, 4º-Secretário da Assembléia Legislativa; Simão Pedro Toledo, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Deputado Cleuber Carneiro, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa; e Baldonedo Arthur Napoleão.

Leitura do Termo de Posse

O Sr. Secretário(Deputado Dilzon Melo) - (- Lê:)

"Termo de Posse do Senhor Baldonado Arthur Napoleão, suplente de Deputado à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, eleito e diplomado para a Décima Terceira Legislatura.

Aos cinco dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e sete, durante a Centésima Octogésima Sétima Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, presidida pelo Deputado Romeu Queiroz, compareceu o Sr. Baldonado Arthur Napoleão, terceiro suplente de Deputado pela Coligação Todos por Minas, eleito e diplomado na forma da lei, o qual passa à condição de 2º-Suplente, em virtude da renúncia do Deputado Simão Pedro Toledo para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas e, nos termos do § 3º do art. 6º do Regimento Interno, após prestar o compromisso regimental, se empossou na vaga decorrente do afastamento do Deputado Mauro Lobo, para investidura no cargo de Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia.

E, para constar, lavrei eu, Deputado Dilzon Melo, 4º-Secretário da Assembléia Legislativa nas funções de 1º-Secretário, o presente termo, que vai assinado pelo empossado, pelo Sr. Presidente da Assembléia, Deputado Romeu Queiroz, e por mim.

Plenário Presidente Juscelino Kubitschek, aos cinco dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e sete.

Deputado Baldonado Arthur Napoleão - Deputado Romeu Queiroz, Presidente - Deputado Dilzon Melo, 4º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário."

Leitura do Compromisso de Posse

O Sr. Baldonado Arthur Napoleão - (-Lê:)

"Prometo defender e cumprir as Constituições e as leis da República e do Estado, bem como desempenhar leal e honradamente o mandato que me foi confiado pelo povo mineiro."

Assinatura do Termo de Posse

O Sr. Presidente - Esta Presidência convida o Sr. Baldonado Arthur Napoleão a assinar o termo de posse, que, em seguida, será assinado por mim e pelo Sr. 4º-Secretário da Assembléia Legislativa, Deputado Dilzon Melo.

- Procede-se à assinatura do termo de posse.

O Sr. Presidente -Declaro empossado o Deputado Baldonado Napoleão.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Secretário Benê Guedes, representante do Sr. Governador do Estado, demais autoridades que compõem esta Mesa, prezados Deputados e Deputadas, convidados, meu caro amigo Baldonado Napoleão, senhoras e senhores, poderíamos dizer, neste ato que assinala a posse de Baldonado Napoleão no mandato de Deputado Estadual, a sentença que traduz, em sua simplicidade, o sentimento de todos os que aqui estão presentes: "o bom filho à casa torna...". De fato, entre os colegas deste parlamento e junto ao quadro técnico e administrativo da Assembléia, Baldonado Napoleão soube construir, na legislatura anterior, um elevado conceito e um sólido prestígio.

De um lado, teve participação política intensa em todos os campos da atividade parlamentar, com posições sempre claras e bem definidas. De outra parte, "vestiu a camisa" da Assembléia como instituição, contribuindo para o fortalecimento das audiências públicas e abrindo o campo de intercâmbio internacional com a Conferência das Assembléias Legislativas dos Estados Unidos.

Para nós, que o conhecemos da vitoriosa trajetória como excelente administrador no âmbito do Executivo Estadual, atuando na SEPLAN, ou na esfera da administração municipal, em suas gestões como Prefeito Municipal de Barroso, sua eficiente atuação nesta Casa não era, propriamente, motivo de surpresa. Mas sua atuação - verdade seja dita - superou nossas melhores expectativas, por sua ação sempre solidária com os objetivos de nossa Instituição. Temos, pois, plena convicção de que assumirá este seu novo mandato em "velocidade de cruzeiro", pois já domina, com pleno conhecimento, as funções e as prerrogativas que lhe cabe exercer.

Esta Assembléia Legislativa tem a honra de ocupar um lugar de vanguarda na recuperação do prestígio ético e moral da instituição pública, como Casa de representação popular. Infelizmente, episódios anexos, que jamais deveriam atingir a dignidade daqueles que aqui exercem, com decência e altivez, o mandato que receberam nas urnas de forma legítima, costumam denegrir o conceito elevado que esta Casa merece. Felizmente, esta Assembléia tem um saldo apreciável de realizações e iniciativas que permanecem acima, bem acima, das ambições menores que costumam macular o trabalho sério, honesto e árduo a que estão dedicados os Deputados Estaduais mineiros.

Exprimimos este sentir - que é coletivo - neste ato de posse do Deputado Baldonado Napoleão, porque temos a certeza de que V. Exa., Deputado Baldonado, unirá seu talento, suas forças e sua capacidade de trabalho para contribuir, de forma renovada, nesta meta comum de ampliar e expandir o conceito de qualidade política e administrativa que esta Casa vem conquistando, com zelo, seriedade e clara noção de nossa responsabilidade pública. Bem-vindo, pois, a este posto avançado de construção e defesa do sistema democrático de governo."

Palavras do Deputado Baldonado Napoleão

O Deputado Baldonado Napoleão* - Exmo. Sr. Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Benê Guedes, Secretário de Estado das Minas e Energia, representando o Governador de Minas, Sr. Eduardo Azeredo; Srs. Deputados Estaduais, Sr. Deputado Federal Octávio Elísio, Deputado Dilzon Melo, Deputado Simão Pedro Toledo, Srs. Dalmir, Paulo Navarro Vieira, senhores dirigentes de órgãos estaduais e federais, Srs. Prefeitos Municipais, Srs. Administradores Regionais, Srs. Vice-Prefeitos, Srs. Vereadores, Srs. Secretários Municipais, senhores dirigentes de entidades de classe, senhores empresários, meus colegas da CDI, demais autoridades aqui presentes, companheiros e amigos, senhores da imprensa, senhoras e senhores, por ser hoje o Dia Mundial do Meio Ambiente, gostaria de iniciar prestando homenagem a todos os que lutam pela defesa, pela preservação e pela proteção do meio ambiente no Estado de Minas Gerais.

Desejo agradecer ao Governador Eduardo Azeredo pela oportunidade que me deu de dirigir a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais, onde aprendi muito sobre o nosso extraordinário desenvolvimento industrial. Pude constatar que grande parte da história da moderna industrialização de Minas está escrita na própria história da CDI e de seus Distritos Industriais, onde trabalham mais de 150.000 pessoas, nas 1.400 empresas neles instaladas. Quero dizer que aprendi muito na CDI. Sou muito grato a todos da Casa pela paciência, pela compreensão, pela presteza com que me atenderam, pelo acatamento às minhas decisões, principalmente aquelas que significaram mudanças pessoais, programáticas e institucionais. Ao longo desse tempo, espero ter deixado claro que, além de servir ao Estado, mantendo os Distritos Industriais da melhor maneira possível, buscando expandi-los e implantar novas áreas, demos toda a prioridade ao esforço de valorizar a CDI, mostrando à sociedade e ao Governo o seu importante trabalho. E, se isso foi conseguido, foi graças à compreensão e à colaboração de todos, dentro e fora da Companhia.

Deixei a CDI orgulhoso de ter sido seu Presidente, na certeza de que trabalhamos muito, produzimos muito e procuramos dar a melhor contribuição possível ao Estado. No que diz respeito às atividades fim da Companhia, demos grande atenção à manutenção dos Distritos Industriais já implantados, por meio da criação do Programa de Manutenção Permanente - o PMPDI -, que, em parceria com as Prefeituras Municipais e com as empresas, busca garantir a qualidade de vida para os que lá trabalham, ao mesmo tempo em que procura expressar, na prática, a alta qualidade dos projetos produzidos pela CDI, o que, de fato, faz dessas áreas industriais marca importante do desenvolvimento de Minas.

Criamos diversas Associações de Empresas dos Distritos Industriais, que vêm fazendo trabalho excepcional, sob a liderança dos próprios empresários. Por meio dessas associações,

estão sendo viabilizadas importantes iniciativas para os Distritos, como a implantação de postos policiais, postos de saúde, restaurantes, creches, atendimento odontológico, treinamento, sinalização, ajardinamento, arborização, transporte, etc.

Aumentamos o número de escritórios regionais no interior, como forma de aproximar a Companhia dos próprios Distritos, das Prefeituras e dos empresários.

Mas, entre essas novas iniciativas, um grande avanço foi feito ao criarmos novo modelo de implantação de Distritos Industriais, por meio da parceria com as empresas e com as Prefeituras. Com a inviabilidade da implantação de Distritos segundo o modelo tradicional, baseado nos recursos financeiros do Tesouro estadual, encontramos esta fórmula simples, rápida e objetiva, fundada na confiança recíproca, por meio da qual deixamos 20 novos Distritos Industriais em fases diferentes de implantação. São eles: o de Coronel Fabriciano, implantado; os de Extrema, Barroso e Juiz de Fora (expansão), em obras; o de Ipatinga, prestes a ter sua obra licitada; os de Poços de Caldas, Divinópolis, Venda Nova, Sabará e Governador Valadares, em fase de lançamento comercial; o de Formiga, em fase de projeto; os de Santos Dumont, Três Corações, Nova Lima, Nanuque e Perdões, com convênios assinados; os de Passos, Curvelo, Lagoa da Prata e Itabirito, prestes a terem seus convênios assinados.

Além de tratar de seus Distritos Industriais, a CDI despendeu boa parte de seus recursos no assessoramento ao Governo, no esforço de atração de investimentos externos, como os da GM, Volkswagen, Renault, BMW, Fiat, Chrysler, Peugeot, Mercedes - Benz, DAFF e outros.

Gostaria de ressaltar que até hoje, no Governo Eduardo Azeredo, a CDI participou da implantação de 271 empresas, o que compreende a ocupação de 5.304.000m², com a geração estimada de 15.874 empregos, investimentos da ordem de R\$720.000.000,00 e arrecadação de R\$115.000.000,00 de ICMS. Entre os principais projetos implantados, posso citar a ANC em Extrema, a Alcoa em Itajubá, a Black and Decker e Sansung em Uberaba, a Mapol em Montes Claros, a Fairway em Alfenas, a Mercedes-Benz em Juiz de Fora e muitos outros.

No que diz respeito às atividades meio, devo dizer que a CDI vem acatando, fielmente, as orientações do Governador Eduardo Azeredo, de austeridade, contenção de despesas e colaboração com o esforço global de reforma da administração pública. Graças à redução considerável das despesas de custeio e à dinamização da área comercial, temos conseguido atingir as metas a que nos propusemos no início, que eram as de mantermos a Companhia num nível de alta produção, com qualidade e rapidez e com seus próprios recursos financeiros. Quero afirmar que, a duras penas, conseguimos atingir esses objetivos. Há mais de um ano, a Companhia não recebe recursos do Tesouro do Estado para cobrir despesas de seu custeio.

Além disso, foi implantado o Plano Diretor de Informática, elaborado pela PRODEMGE. Posso dizer que de 4 microcomputadores, a Companhia passou a utilizar 23 e, recentemente, foi conectada à rede mundial da Internet.

Aproveito esta oportunidade para agradecer aos companheiros de Diretoria, Srs. Natan Rozembaum e Artur Fernandes Gonçalves Filho, ao Sr. Álvaro Capute, Secretário-Geral, aos dedicados assessores e gerentes da CDI e ao seu dedicado e competente corpo técnico e administrativo pela fraterna convivência e produtiva jornada. Meu agradecimento aos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal da Companhia. Agradeço também pelo apoio e excelente convivência ao Secretário da Indústria e Comércio, Deputado Maurício Campos, e sua equipe; ao Presidente do INDI, Sr. Marco Antônio Rodrigues da Cunha, e sua equipe; ao Presidente do BDMG, Sr. Marcos Pessoa, e aos Diretores, Srs. Bernardo Rubinger e Custódio de Matos; ao Presidente, Sr. Stefan Salej, e ao Diretor de Infra-Estrutura, Sr. Reinaldo Ferreira, da FIEMG.

Ao Sr. José Maria Nogueira, novo Presidente da CDI, digno representante de Divinópolis, meus votos de todo o sucesso.

Ao retornar à Assembléia Legislativa, meu pensamento volta-se para os meus queridos companheiros e estimados eleitores, que me deram a honra de seu apoio nas eleições de 1994. Não é tarde para agradecer a todas as lideranças que me apoiaram e a todos os que me deram o seu voto. Devo dizer que foi sumamente gratificante o esforço feito quando de nossa passagem pela Assembléia Legislativa. Além do intenso trabalho parlamentar, demos suporte a dezenas de entidades comunitárias nos mais variados campos e, principalmente, apoiamos e estimulamos o surgimento e o fortalecimento de excelentes líderes, que tiveram, todos eles, brilhante e honroso desempenho nas eleições municipais de 96, como candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

A todos os companheiros de 94 e aos outros que nos deram a alegria de se unirem a nós nestes dois últimos anos, quero dizer, neste momento solene, que a luta vai continuar. Com a mesma lealdade, com a mesma dedicação, com a mesma presteza, mas com entusiasmo redobrado. Não só porque nosso movimento político cresceu, mas porque o contexto atual nos estimula fortemente. Estamos atuando, como agentes políticos, num Estado cuja economia cresce acima da média nacional, dirigido por Governo competente e sério, que persegue, com firmeza, as metas do crescimento e desenvolvimento planejados; de uma distribuição mais justa da renda pública entre os municípios mineiros; da descentralização administrativa; da atração de investimentos externos; da consolidação do modelo mineiro de educação e saúde; da melhoria da infra-estrutura do Estado; do saneamento das finanças, entre outras. Além disso, estamos no Brasil do real, da inflação baixa, da moeda forte, da economia aberta, das mudanças sociais, das reformas estruturais da administração pública, conduzido por Governo de visão, corajoso, legítimo e profundamente comprometido com o anseio de modernidade e prosperidade da população. É o País gigante no caminho certo da Nação justa, livre e democrática, cujo Governo, a despeito das dificuldades conhecidas e da lentidão do processo político, opera uma verdadeira revolução, recuperando, a cada dia, o orgulho e a auto-estima do povo brasileiro e o respeito dos demais países.

Diante desse quadro, cheio de perspectivas e rápidas transformações, entendo ser um dos meus mais importantes papéis, como representante político, lutar, incansavelmente, ao lado das lideranças que me apoiam, para que nossos municípios estejam também na vanguarda deste processo, ombro a ombro com os Governos Estadual e Federal, participando de todos os programas governamentais, reformando e modernizando as próprias estruturas municipais, de modo que nossas comunidades se beneficiem, imediatamente, dos resultados do progresso.

É mister ressaltar, no entanto, que a despeito do otimismo e do entusiasmo que norteiam meu raciocínio e minhas ações, devo aproveitar esta oportunidade para, mais uma vez, manifestar minha indignação diante do quadro de dificuldades que martiriza, ainda, boa parte de nossas comunidades, principalmente, no que diz respeito ao desemprego, à saúde, à segurança e à falta de moradia. Por isso, entendo que exercer um mandato como esse, é, antes de tudo, ter a responsabilidade de lutar, diuturnamente, em favor das reformas reclamadas pela população, que vão transformar as extraordinárias riquezas do País em melhores condições de vida para um número cada vez maior de brasileiros. Refiro-me à necessidade de tramitação urgente da reforma do sistema político, do sistema tributário, da Previdência Social, da administração pública e do Poder Judiciário, sem o que o Congresso Nacional permanecerá como o grande responsável pelo preocupante quadro social acima descrito e pelo atraso do País na acirrada disputa com os países mais rápidos e, portanto, mais desenvolvidos. Alvin Toffler disse que neste fim de século os países não seriam mais distinguidos como pobres e ricos, mas, sim, como lentos e rápidos. Urge, portanto, que as reformas aconteçam. Parece-nos que a população já assimilou os sucessos do Plano de Estabilidade Econômica e espera agora, ávida, que as questões sociais sejam abordadas com a mesma profundidade, competência e agilidade.

Finalmente, desejo saudar a Assembléia Legislativa. Meus cumprimentos a todos os Deputados. Ao Presidente Romeu Queiroz, aos dirigentes e integrantes da Mesa, aos diretores e gerentes da Casa, à Assessoria Técnica e aos servidores de apoio, aos representantes da imprensa. A todos quero dizer que será um grande prazer voltar a desfrutar do seu convívio. Poder aprender mais com a sabedoria dos Deputados e dispor do excepcional apoio técnico e administrativo que fazem da Assembléia a sede do respeitado Poder Legislativo mineiro, que se destaca cada vez mais no cenário político nacional, como instituição moderna, inovadora e consciente do seu importante papel de promotora da cidadania, da participação popular e do fortalecimento da democracia.

Agradeço, de forma reconhecida, a todos os queridos amigos que tanto ajudaram, tanto sofreram e tanto torceram nos últimos meses para que eu pudesse estar aqui neste momento. Sinto, fortemente, toda a extensão de nossa profunda amizade que me torna definitivamente cativo de todos vocês.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (Em aparte) - Ilustre Deputado Baldonado Napoleão, acredito que posso traduzir o que vai no sentimento de cada um dos parlamentares com assento nesta Casa, dizendo-lhe bem-vindo, Baldonado, esta Casa é sua, e você já fazia falta.

Quando esta Assembléia Legislativa perdeu um pouco do seu brilho, com a saída do ilustre Deputado Simão Pedro, para ocupar o honroso cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, ficou um grande vazio. Hoje vivemos a grande alegria de ver o seu retorno a esta Casa.

Há alguns anos, visitando pela primeira vez a cidade de Barroso, eu tive a oportunidade de manifestar, de público, a opinião de que Barroso era uma cidade feliz.

Pouquíssimas cidades por este vasto Brasil poderiam se orgulhar de ter um Prefeito como você. Ao conhecer as obras implantadas na sua primeira administração, ao ver a implementação de métodos modernos de administração pública, eu pude assim me expressar: Barroso era uma cidade feliz, porque tinha um político de rara sensibilidade, um político firme e decidido à frente de seu destino, e, mais que político, um técnico altamente preparado. Pouquíssimas cidades brasileiras poderiam ter, além do político à frente de sua Prefeitura, uma pessoa graduada em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, com pós-graduação nos Estados Unidos e aprimoramento na Alemanha.

Barroso era uma cidade feliz, e V. Exa. lá fez uma verdadeira revolução em obras e métodos de governo. Minas Gerais muito deve a V. Exa., que tem deixado a marca da eficiência, da dedicação, da competência pelos diversos cargos pelos quais passou, servindo a esta gente de Minas Gerais.

Gostaria de ressaltar, entre todos, não a CDI, que leva a marca de sua competência, mas sua passagem pela SUPAM. Idealizador, criador e implantador das nossas associações microrregionais, que estão espalhados por toda Minas Gerais, congregando a ação dos Prefeitos. Minas Gerais deve muito a V. Exa., porque deixou a marca da eficiência, da competência, da dedicação, do amor a Minas em todos os cargos por meio dos quais serviu a este Estado.

Hoje, gostaria de dizer, como disse em Barroso: esta Casa é uma Casa feliz porque teve o seu quadro enriquecido com seu retorno. Poucas Assembléias podem ter em seu quadro um administrador público formado na Fundação Getúlio Vargas, com pós-graduação nos Estados Unidos, com aprimoramento na Alemanha e com a sensibilidade política, com a firmeza nas decisões e com a competência que é a marca da sua personalidade. Bem-vindo a esta Casa.

O Deputado Baldonado Napoleão* - Agradeço ao ilustre Deputado Sebastião Navarro Vieira as palavras que acaba de proferir. Quero dizer a ele que é bem difícil para mim agradecer na mesma altura o que ele acaba de dizer.

Quero comentar que tenho grandes amigos aqui na Assembléia, que vieram participar desta posse. Acaba de falar aqui o coração de um grande amigo. O Sebastião foi meu Deputado Federal, e o conheci depois de apoiar seu pai, o Sr. Sebastião Navarro Vieira, que já se foi desta vida, como meu Deputado Federal. Portanto, quero dizer que agradeço imensamente as suas palavras e que elas só aumentam a minha responsabilidade. Com a emoção que me toma neste momento, neste dia que deixei a CDI, que foi uma grande marca na minha vida, e diante desta festa tão bonita, prefiro dizer somente "muito obrigado", Deputado, pelas suas palavras.

Aproveitando esta fala, quero dizer que suplente sofre muito, mas tem suas compensações. A posse é muito esperada, é muito festejada. Quero agradecer ao Presidente, Deputado Romeu Queiroz, por esta sessão extraordinária; quero agradecer ao Secretário-Geral da Mesa, incumbido de prepará-la, Sr. Paulo Navarro, e quero agradecer a todos que aqui estão, pela presença. Hoje é um dia muito importante para mim, para a minha família, para a minha esposa e meus filhos que aqui estão. Sei que é importante também para todos os meus amigos. Muito obrigado.

Ao assumir este mandato, assumo também um difícil desafio: o de dispor de poucos meses para retribuir a confiança de tantos companheiros e dar minha modesta colaboração ao Estado. Portanto, não há tempo a perder e o caminho é um só: muita fé, muito trabalho e pé na estrada. Para isso, conto com o apoio dos meus amigos, com a dedicação de minha equipe e a compreensão de minha família. Muito obrigado.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de debates de amanhã, dia 6, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 266ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA,

EM 10/6/97

Em redação final: Projetos de Lei nºs 536/95, do Deputado Ronaldo Vasconcelos; 1.010/96, do Deputado Jorge Hannas, e 1.111/97, do Governador do Estado.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 11/6/97

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento nº 2.092/97, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que pede sejam solicitadas ao Procurador-Geral do Estado a relação, por credor, do débito do Governo do Estado referente aos precatórios judiciais em atraso de pagamentos, bem como as demais informações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.095/97, do Deputado Gilmar Machado, em que pede sejam solicitadas ao Diretor-Geral do Departamento Estadual de Obras Públicas informações sobre a obra de recapeamento da rodovia que liga as cidades de Andradadas e Poços de Caldas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.114/97, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, em que pede seja solicitado ao Presidente da Loteria do Estado o envio a esta Casa de cópia do contrato assinado em 1994 entre essa autarquia e a empresa de informática RACIMEC, para implantação de seu processo de informatização. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.156/97, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, modificada pelo art. 2º da Lei nº 11.822, de 15/5/95, e pelo art. 5º da Lei nº 12.237, de 5/7/96. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, foi designado relator o Deputado Arnaldo Penna, que apresentou a Subemenda nº 2 à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, ficando prejudicadas as Emendas nºs 2 e 3.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.321, que institui o Programa Mineiro de Informações e Apoio ao Consumidor - Pró-Consumidor. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/97, do Deputado Dinis Pinheiro e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 41 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta..

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/95, do Deputado Leonídio Bouças e outros, que dá nova redação ao inciso III do art. 64 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7/95, do Deputado Péricles Ferreira e outros, que dá nova redação ao § 6º do art. 76 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira e outros, que suprime do art. 53 da Constituição do Estado o § 7º e seus incisos. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 838/96, do Deputado José Bonifácio, que dispõe sobre leilão de veículos usados. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.124/97, da Comissão de Agropecuária, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição Estadual, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 297/95, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que cria o Programa de Incentivo à Produção do Novilho Precoce e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 576/95, do Deputado Hely Tarquínio, que institui medidas para garantir o tratamento, a reabilitação e a reinserção social da pessoa portadora de transtorno mental e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde e Ação Social, e pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 774/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que disciplina a administração de medicamento a aluno nas escolas públicas estaduais e dá outras providências. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/95, do Deputado Gil Pereira e outros, que dá nova redação ao "caput" do art. 201 da Constituição do Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/95, do Deputado Miguel Martini e outros, que dá nova redação ao § 2º do art. 53 da Constituição do Estado e ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/97, do Deputado Ermano Batista e outros, que dá nova redação aos arts. 77, 78 e 79 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 21/97, do Deputado Ronaldo Vasconcelos, que dá nova redação ao art. 7º da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93, que dispõe sobre normas gerais relativas ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum, a cargo da região metropolitana, sobre as atribuições, a organização e o funcionamento da Assembléia Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 738/96, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre incentivo fiscal para pessoas jurídicas que empreguem trabalhadores presos e egressos, na forma que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa Social opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa Social, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa Social, com as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 740/96, do Deputado Durval Ângelo, que institui o Sistema de Número Fechado para as unidades prisionais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa Social opina pela aprovação do projeto. As Comissões de Direitos e Garantias Fundamentais e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 991/96, do Deputado Hely Tarquínio, que dispõe sobre a valorização da língua portuguesa no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Educação perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 66ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente, a realizar-se às 9h30min do dia 11/6/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.112/97, do Deputado José Bonifácio.

Ordem do dia da 63ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 11/6/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 934/96, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.165/97, do Deputado Geraldo Rezende; 2.118/97, do Deputado José Henrique; 2.187/97, do Deputado Leonídio Bouças.

Convidados: Srs. Roberto Pinheiro, Presidente da AMBEL; Antônio Carlos R. Pereira, Presidente da BHTrans; João Luiz da Silva, Diretor de Planejamento da BHTrans; Valdemar Araújo, Diretor Conselheiro do SETRANSP; Rubens Lessa, Presidente do SINDIPAS; Paulo Roberto Henrique, Presidente do SINDUSCON; Eduardo Silveira de Noronha Filho, Presidente da CDL; Mauro Roberto Soares Vasconcelos, Diretor-Geral do DER-MG, e Marco A. Carone, Presidente da Associação dos usuários de Transporte de Passageiros, que debaterão a questão do transporte coletivo na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Ordem do dia da 44ª reunião ordinária da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, a realizar-se às 9h30min do dia 11/6/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposição da Comissão.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 547/95, do Deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.140/97, do Deputado Raul Lima Neto.

Convidados: Srs. José Raimundo da Silva, Prefeito Municipal de Abre-Campo; Paulo Horácio Guerra, Vereador à Câmara Municipal de Abre-Campo; Santos Moreira da Silva, Secretário da Segurança Pública; Vilson Luís da Silva, Presidente da FETAEMG; James Eustáquio Ladeia, Secretário Executivo do CORA; Turíbio Alves Pereira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abre-Campo, e Rita de Cássia Cota Paiva Teixeira, viúva do Sindicalista Ivan Marques, que irão discutir a violência perpetrada contra trabalhadores rurais nos Municípios de Abre-Campo e Lagoa Grande.

Ordem do dia da 59ª reunião ordinária da comissão de Agropecuária e Política Rural, a realizar-se às 10 horas do dia 11/6/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 865/96, da Comissão de Agropecuária e Política Rural.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.060/96, do Deputado Ivair Nogueira.

Requerimentos nºs 1.939/96, do Deputado Gil Pereira; 2.158, 2.159 e 2.167/97, do Deputado Roberto Amaral.

Ordem do dia da 73ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 11/6/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.152/97, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.223/97, do Deputado Gilmar Machado; 1.089/97, do Deputado Ivo José; 1.176/97, do Deputado João Batista de Oliveira; Projeto de Resolução nº 1.208/97, da Comissão de Agropecuária e Política Rural.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.209/97, do Deputado Djalma Diniz; 1.200/97, da Deputada Maria José Hauelsen; 1.198/97, do Deputado Paulo Piau; 1.215/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Ordem do dia da 42ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 12/6/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar proposições em fase de redação final.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 11/6/97, destinadas, a primeira, à apreciação do Projeto de Lei nº 1.156/97, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, modificada pelos arts. 2º da Lei nº 11.822, de 15/5/95, e 5º da Lei nº 12.237, de 5/7/96, do Veto à Proposição de Lei nº 13.321, que institui o Programa Mineiro de Informação e Apoio ao Consumidor - Pró-Consumidor, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 5/95, do Deputado Leonídio Bouças, que dá nova redação ao inciso III do art. 64 da Constituição Estadual, 7/95, do Deputado Péricles Ferreira, que dá nova redação ao § 6º do art. 76 da Constituição do Estado, 26/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que suprime do art. 53 da Constituição do Estado o § 7º e seus respectivos incisos, 27/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado, 31/97, do Deputado Ermano Batista, que dá nova redação aos arts. 77, 78 e 79 da Constituição do Estado, que tratam da composição do Tribunal de Contas do Estado, e 32/97, do Deputado Dinis Pinheiro, que acrescenta parágrafo ao art. 41 da Constituição do Estado, prevendo a atuação do Poder Legislativo no desenvolvimento da política de regionalização, dos Projetos de Lei nºs 297/95, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que cria o Programa de Incentivo à Produção do Novilho Precoce e dá outras providências, 576/95, do Deputado Hely Tarquínio, que institui medidas para garantir o tratamento, a reabilitação e a reinserção social da pessoa portadora de transtorno mental e dá outras providências, 738/96, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre incentivo fiscal para pessoas jurídicas que empreguem trabalhadores presos e egressos, na forma que especifica, 838/96, do Deputado José Bonifácio, que dispõe sobre leilão de veículos usados, 774/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que disciplina a administração de medicamento a aluno nas escolas públicas estaduais e dá outras providências, 740/96, do Deputado Durval Ângelo, que institui o Sistema de Número Fechado para as unidades prisionais e dá outras providências, e 991/96, do Deputado Hely Tarquínio, que dispõe sobre a valorização da língua portuguesa no Estado, e do Projeto de Resolução nº 1.124/97, da Comissão de Agropecuária, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição Estadual, a alienação das terras devolutas que especifica; e a discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, à apreciação da matéria constante na primeira acrescida das Propostas de Emenda à Constituição nºs 1/95, do Deputado Gil Pereira, que dá nova redação ao "caput" do art. 201 da Constituição do Estado, e 12/95, do Deputado Miguel Martini, que dá nova redação ao § 2º do art. 53 da Constituição do Estado e ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, do Projeto de Lei Complementar nº 21/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que dá nova redação ao art. 7º da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93, e dos Projetos de Lei nºs 369/95, do Deputado Leonídio Bouças, que acrescenta dispositivo ao art. 1º da Lei nº 9.760, de 20/4/89, que concede passe livre aos deficientes físicos e visuais no transporte coletivo intermunicipal do Estado, 425/95, do Deputado Ermano Batista, que acrescenta o § 4º ao art. 48 da Lei nº 7.109, de 13/10/77, que contém o Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado, 488/95, do Deputado Anderson Aduato, que acrescenta parágrafos ao art. 99 e altera o inciso III do art. 100 da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências, e 718/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que dispõe sobre medidas a serem adotadas pelo Estado para melhorar as condições nutricionais da população; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 10 de junho de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Gil Pereira, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Leonídio Bouças, Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Antônio Andrade, Marcos Helênio, Sebastião Helvécio e Ibrahim Jacob, membros da Comissão de Administração Pública; Raul Lima Neto, Anivaldo Coelho, Antônio Roberto, Ronaldo Vasconcellos e Kemil Kumaira, membros da Comissão de Meio Ambiente; Miguel Martini, Paulo Pettersen, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Durval Ângelo, Sebastião Navarro Vieira e José Braga, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada no dia 11/6/97, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, no 1º turno, os pareceres destas Comissões sobre os Projetos de Lei nºs 1.180/97, que altera a denominação do Departamento de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais - DRH-MG - para Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -, dispõe sobre a sua reorganização e dá outras providências; 1.181/97, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD - e dá outras providências; 1.182/97, que dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM - e dá outras providências; 1.183/97, que dispõe sobre a reorganização do Instituto Estadual de Florestas - IEF - e dá outras providências; 1.184/97, que altera a denominação da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM - para Fundação de Engenharia do Meio Ambiente de Minas Gerais - FEAM-MG -, dispõe sobre a sua reorganização e dá outras providências, todos de autoria do Governador do Estado.

Sala das Comissões, 10 de junho de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição Nº 36/97, de Autoria do Deputado José Bonifácio e Outros, Que Dá Nova Redação ao Art. 134 da Constituição do Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Elbe Brandão, Arnaldo Penna, João Leite, Paulo Piau, Sebastião Navarro Vieira, Raul Lima Neto, Antônio Genaro, José Henrique, Antônio Andrade, Gilmar Machado, Anivaldo Coelho, Álvaro Antônio, Ermano Batista e Irani Barbosa, membros da Comissão supracitada, para a reunião a se realizar no dia 11/6/97, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer para o 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 36/97.

Sala das Comissões, 9 de junho de 1997.

Aílton Vilela, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública, de Agropecuária e Política Rural e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Gil Pereira, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Leonídio Bouças, Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Antônio Andrade, Marcos Helênio, Sebastião Helvécio e Ibrahim Jacob, membros da Comissão de Administração Pública; Paulo Piau, Elbe Brandão, Roberto Amaral, Olinto Godinho e Maria José Hauelsen, membros da Comissão de Agropecuária e Política Rural; Miguel Martini, Paulo Pettersen, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Durval Angelo, Sebastião Navarro Vieira e José Braga, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião conjunta a ser realizada nos dias 11 e 12/6/97, às 16 horas, na Sala das Comissões com a finalidade de apreciar, em 1º turno, os pareceres destas Comissões sobre o Projeto de Lei nº 1.185/97, que autoriza a prorrogação de contratos administrativos firmados pelo Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, de autoria do Governador do Estado.

Sala das Comissões, 10 de junho de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.060/96

Comissão de Agropecuária e Política Rural

Relatório

De autoria do Deputado Ivair Nogueira, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Congonhas, com sede no Município de Congonhas.

Preliminarmente, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme dispõe o Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade referida atua fundamentalmente no setor agrícola, prestando serviços que contribuem para o fomento técnico e econômico das atividades agropecuárias no Município de Congonhas. Atua também com o objetivo de promover o bem-estar social de seus associados, mantendo serviços de assistência médica, recreativa e educacional.

Dessa forma, oportuno se faz o acolhimento deste projeto de lei.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.060/96 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 10 de junho de 1997.

Elbe Brandão, relatora.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

264ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 4/6/97

O Deputado Toninho Zeitune - "Sr. Presidente, Srs. Deputados, como um dos representantes das regiões Sul e Sudoeste de Minas nesta Casa, cabe também a mim, tornar público o excelente resultado obtido pelo Curso de Administração da Faculdade de Ciências Administrativas e Econômicas da Fundação Educacional de Guaxupé no "provão" ministrado pelo Ministério da Educação.

Entre as 682 escolas avaliadas, Guaxupé ficou em 30º lugar em todo o Brasil e é a 5ª melhor em Minas Gerais. Esse êxito foi conseguido através do conceito "B" e do empenho de alunos, professores e funcionários da Fundação.

É justo destacar, ainda, o empenho pessoal de dois grandes administradores e educadores: Pe. Antônio Roberto Ezaú dos Santos, Diretor-Geral da Fundação Educacional de Guaxupé, e Jairo Pedro Cardoso, Diretor da Faculdade de Ciências Administrativas e Econômicas. A todas essas pessoas, que engrandeceram Guaxupé, com dedicação e qualidade no ensino, gostaria de prestar não só nossas homenagens, mas também nosso agradecimento pelo importante passo dado rumo à conquista da Universidade de Guaxupé.

Neste momento, em que todos os governantes se mobilizam para melhorar a educação em todo o País, Guaxupé se destaca no cenário nacional. Uma conquista de todos os guaxupeanos que mostra o caminho de um Brasil melhor e mais justo. É através da boa educação que poderemos dar um caminho socialmente mais justo a milhões de brasileiros.

Lembro que há muito ouvimos: "Um país se faz com homens e livros". Com certeza os administradores, diretores e professores da Fundação Educacional de Guaxupé fizeram desta frase o lema que transformou a educação superior em nossa cidade em uma das melhores do Brasil.

Caberá a mim, um dos representantes das regiões Sul e Sudoeste nesta Casa e a toda população de nossa cidade, lutar junto com o Pe. Ezaú pela universidade em Guaxupé. Muito obrigado".

Aproveito a oportunidade para levar ao conhecimento de toda Minas Gerais e dos colegas que estão aqui o que vem acontecendo na cidade de Guaxupé e o que o nosso Prefeito eleito e a sua administração vêm fazendo, no que diz respeito ao problema da moradia, prejudicando a população carente, de baixa renda. Sou empresário da construção civil há 35 anos naquela cidade e naquela região, construindo casas populares. Somente na cidade de Guaxupé, em 23 loteamentos, a nossa empresa construiu mais de 5 mil unidades. Como Prefeito, fiz 2 mil casas populares a baixo custo para a população de baixa renda, com uma prestação de 10% do salário mínimo, com 10 anos de prazo, para que eles não vendam a casa que adquiriram, por intermédio da EMURB, um órgão da Prefeitura Municipal de Guaxupé.

Deixando a Prefeitura, e hoje como Deputado Estadual, as empresas continuam trabalhando, e fizemos o lançamento de 3 mil lotes populares, aprovados na gestão anterior, para aquisição pelo pessoal de baixa renda. Esses lotes foram vendidos sem entrada e por apenas R\$70,00 mensais, prontinhos para receberem as casas. E essas casas, de 52m², com laje, piso e condições de receber suas famílias e agasalhar seus filhos foram construídas por R\$6.500,00. E o que o Prefeito está fazendo? Viu a cidade crescendo, o povo construindo nos loteamentos aprovados pelo outro Prefeito e fez um simples decreto cancelando seis loteamentos da empresa da qual faço parte, impedindo a venda dos lotes e a aquisição pela população. Infelizmente para ele os lotes já estavam todos vendidos e muitas casas já construídas. Esses loteamentos foram lançados em setembro do ano passado. Os loteamentos já estão com água e rede de esgoto e algumas partes já possuem iluminação elétrica e asfalto. O Prefeito mandou uma lei para a Câmara, para ser aprovada, em que a divisão do solo pelo município impede que o loteador venda um lote popular antes de estar pronto até o asfalto. Hoje, compramos apartamentos com 60 meses, 120 meses, 10 anos de prazo, e o empreiteiro vai construindo. Não há empresa neste País que consiga construir, principalmente loteamento popular, para depois vender às pessoas mais carentes. Temos experiência no ramo.

Levamos ao conhecimento de toda Minas Gerais o que está acontecendo em Guaxupé, quando o Governo Federal e o Governo Estadual procuram fazer tudo para que a classe menos favorecida deixe de pagar aluguel, para que leve seus filhos para sua casa própria, o Prefeito de Guaxupé tenta impedir, por perseguição política, por todos os meios, que os loteamentos destinados à população de baixa renda, nos quais já há pessoas morando, sejam realizados, sejam entregues àqueles que deles necessitam para que deixem de pagar aluguel.

Deixo aqui registrado o meu protesto contra o Prefeito de Guaxupé, homem que não gosta de fazer casas populares e que não gosta de povo. Fica aqui o meu protesto. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Fernando Faria* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde que a Peugeot anunciou sua intenção de se instalar no País, a possibilidade de sediá-la despertou vivo interesse em várias unidades da Federação. Afinal de contas, trata-se de um dos mais conceituados grupos da indústria automotiva mundial, e sua presença significa uma dinamização extraordinária da economia, com efeitos benéficos como maiores oportunidades para o comércio local e a criação de um número significativo de postos de trabalho.

Atualmente, a disputa polarizou-se entre Minas e Rio de Janeiro, e vimos acompanhando com atenção seu desdobramento. Dia 29 último, enquanto nossa Capital se embalava ao som do Carnabelô, um jornal de circulação nacional noticiava que o Secretário de Indústria e Comércio do Estado vizinho teria viajado a Paris com o intuito de completar as negociações com a direção da Peugeot-Citröen. Em nossa imprensa, junto com os desmentidos, surgiu a informação de que o Governo mineiro teria apresentado à montadora uma proposta aperfeiçoada com o objetivo de fixá-la em nosso território.

Queremos enfatizar, nesta tribuna, a necessidade de levarmos a melhor nessa competição. Não se trata, é óbvio, de incentivar a guerra fiscal, que produz efeitos danosos para as finanças do Estado. Falamos, sim, do acerto das medidas já tomadas pela administração Eduardo Azeredo e de nossa percepção a respeito da urgência de atitudes ainda mais agressivas que assegurem a vinda da empresa para Minas. Caminhamos a passos largos para consolidar nossa posição como a 2ª economia do País, e o sucesso na campanha para sediar a Peugeot será, assim, decisivo.

Juiz de Fora é o centro macrorregional da Zona da Mata, que engloba cidades como Santos Dumont, Lima Duarte, Mercês, Rio Pomba, Cataguases, Bicas e tantas outras, e abriga um dos mais importantes parques industriais do Estado. Situa-se próxima dos grandes pólos consumidores nacionais e dos principais terminais de exportação - possuindo inclusive um porto seco -, aos quais se liga por excelente rede viária e ferroviária. A rede de ensino supre o mercado de trabalho com profissionais especializados, o que faz da facilidade de mão-de-obra qualificada um atrativo a mais para o empreendedor internacional. Por isso mesmo acreditamos que Juiz de Fora está em condições de concorrer com vantagens com os municípios fluminenses que se propõem a receber a montadora francesa.

Na Zona da Mata estão as origens da prosperidade mineira, feita de leite e café. A pecuária e a agricultura regionais ofereceram a base de sustentação para a arrancada desta terra rumo à economia industrial moderna. Aliás, ali se implantou um dos primeiros parques fabris de Minas Gerais, graças ao pioneirismo de uma gente que não se dobra diante das adversidades. Portanto, Minas tem uma dívida para com a região.

Brasília, o grandioso projeto do Presidente Juscelino, interiorizou o desenvolvimento e diminuiu as disparidades entre as várias porções do chão brasileiro. Tirou-nos, entretanto, a proximidade com a Capital Federal, impondo-nos uma série de perdas, que até hoje não foram reparadas. Cremos que é chegado o momento. Conquistar a Peugeot para a Zona da Mata e assegurar a poderosa influência que ela terá em toda a região é um passo decisivo para que possamos recuperar todo seu antigo esplendor. É apostar na criação de um corredor de progresso às margens da BR-040, no trecho entre Belo Horizonte e a "Manchester Mineira", valendo-se das muitas potencialidades desse pedaço de nosso território. É fazer justiça a um povo que só espera uma oportunidade para retomar de vez o crescimento e contribuir de modo mais efetivo para consagrar a liderança da economia de Minas Gerais.

Temos que vencer essa disputa. A Zona da Mata tem que sediar a Peugeot. Os fatos, num futuro muito próximo, mostrarão que temos razão tanto em nosso pleito como em nossas esperanças. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois motivos nos fazem hoje ocupar esta tribuna. Um deles é saudar o retorno da supremacia socialista na França, com a vitória ocorrida nas eleições parlamentares convocadas pelo Presidente Jacques Chirac. O conservador, ao acreditar que seu comportamento governamental estava a merecer o maior apoio do parlamento francês, dissolveu esse órgão e, ao convocar novas eleições, teve o disabor de assistir à derrota da coalizão de centro-direita que o apoiava e, por conseguinte, ao retorno dos socialistas à supremacia no parlamento francês. Na Inglaterra, um mês antes, Tony Blair, do Partido Trabalhista, de tradições socialistas, assumia também o poder. Hoje, dos 15 países que compõem a União Européia, 13 estão em mãos de governos social-democratas, governos socialistas ou de composições de centro-esquerda. Hoje já se fala, de peito aberto, que a Europa assiste a uma nova onda rosa atingir-lhe o território. Isso é muito emblemático, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando no Brasil um governo dito social-democrata, o de Fernando Henrique Cardoso, aliado aos liberais, toma uma série de medidas que colocam em risco a soberania deste País, medidas que comprometem a nossa economia interna, que comprometem a própria ciência e a tecnologia nacional. Isso é emblemático. Lá fora, o retorno do socialismo ao poder na Europa, para que aqui o todo-poderoso Presidente Fernando Henrique Cardoso respeite mais o eleitorado brasileiro e se preocupe com o futuro da sua reeleição, porque, na verdade, medidas aqui tomadas, de muito menor extensão que as que aconteceram na França no pouco tempo de Governo de Jacques Chirac, levaram à reviravolta do governo francês.

Sabemos que a Inglaterra foi a pioneira no processo neoliberal, com a Primeira-Ministra Margaret Thatcher. A onda de privatizações que assolou a Inglaterra, um país que tem um dos

sistemas de saúde mais socializados do mundo capitalista, destruiu, com os Governos de Margaret Tatcher e, depois, de John Major, o chamado Estado do bem-estar social, em benefício de um neoliberalismo frio, calculista e selvagem, que pode representar para nós, brasileiros, o mesmo caminho, porque o Governo Federal tenta impor em nosso País diretrizes copiadas da onda neoliberal que varreu a Europa e que agora culmina, emblematicamente, com o retorno dos socialistas ao poder, não só na França, mas também na Inglaterra; na Itália, com a coalizão Oliva, de centro-esquerda, como na maioria dos 13 países da União Européia, que hoje estão dominados pelo que se chama de "onda rosa" do socialismo ou da social-democracia.

No Brasil, temos que nos preocupar com as reformas administrativa e da Previdência, mas não podemos transformar o servidor público brasileiro, seja em nível federal, estadual ou municipal, em bode expiatório de todas as mazelas do Estado brasileiro. A França tem um déficit grave na sua Previdência, fruto do desemprego que começa a aumentar cada vez mais nos países que adotaram essa postura neoliberal, porque o capital frio, selvagem, realmente trata o cidadão como mero algarismo, mero número de computador; não vê o cidadão como uma entidade humana, de corpo, mente e espírito, sensível às necessidades do mundo. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esse é o alerta para o Governo brasileiro: as transformações que ocorreram na Europa.

Outro motivo que nos traz à tribuna é o acatamento à conclusão a que chegou a CPI constituída nesta Assembléia, que deu ao Sr. Corregedor, Deputado Ermano Batista, e ao Subcorregedor, Deputado José Militão, poderes de inquérito para investigar as conseqüências do pronunciamento de um colega nosso, aqui desta tribuna, Deputado que muito prezamos, Deputado Raul Lima Neto, que, numa tarde de arroubo, por meio de um comportamento ingênuo, quis, nesta tribuna, atribuir fundamentos de corrupção, através de deduções que ele tirara, da abordagem de lobistas que estiveram no seu gabinete, e que essa abordagem poderia ter sido traduzida para toda essa Assembléia Legislativa.

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, mais que depressa, instalou inquérito, pelas mãos do Corregedor, Deputado Ermano Batista, e do Subcorregedor, Deputado José Militão, que tiveram um trabalho difícil, paciencioso e árduo, cujas conclusões foram colocadas hoje em relatório perante o Colégio de Líderes, aprovadas por unanimidade e, depois, dadas ao conhecimento da imprensa pelo Presidente em exercício naquele momento e também neste momento, Deputado Cleuber Carneiro. Na verdade, as conclusões tiradas pela CPI são plausíveis, são serenas e são verdadeiras, porque reconhecem que lobistas tentaram, através do gabinete do Deputado Raul Lima Neto, que aqui denunciou, aliciar o gabinete de um Deputado para liberação de verbas federais, por conseguinte, verbas de Brasília.

E é claro que, dificilmente, esta Assembléia Legislativa poderia, em seu corpo, estar envolvida com corrupções na área federal. No máximo, algum Deputado poderia se prestar como intermediário de contato com algum Prefeito. Mas a comissão de inquérito teve o cuidado de reconhecer a denúncia do Deputado Raul Lima Neto e remetê-la para a Procuradoria de Justiça do Estado e também para a Procuradoria de Justiça Federal, portanto tomando providências e reconhecendo que, na verdade, lobistas e até corruptores abordaram o Deputado Raul Lima Neto, o que poderia vir a ocorrer com outros Deputados. Reconhecendo o relatório, remeteram-se os autos para a Procuradoria Estadual e para a Procuradoria Federal.

O objetivo da advertência verbal que foi feita ao Deputado Raul Lima Neto, na verdade, é fazer com que o Deputado reflita acerca do seu pronunciamento, quando ele, ao dizer que alguns Deputados não se submeteriam ao processo de corrupção, na verdade estava induzindo que outros Deputados poderiam estar participando do processo de corrupção. Esse é um risco que sofremos quando, aqui desta tribuna, fazemos pronunciamentos de improviso e ao sabor das palavras, ao calor dos nossos corações e num conflito dos nossos pensamentos. Corremos o risco de, realmente, não ser claros e trazer a confusão de nossos pensamentos e, com isso, trazemos conseqüências danosas, como aquelas que as palavras do próprio Deputado Raul Lima Neto podem ter trazido para a Assembléia Legislativa. Ao assim fazer, ele comprometeu esta Casa, que mais que prontamente providenciou o inquérito e chegou à conclusão que todos nós, hoje, em reunião do Colégio de Lideranças, apoiamos por unanimidade.

Ao encerrarmos nossas palavras, queremos pedir à justiça, que vai receber o processo da Assembléia Legislativa, principalmente à Procuradoria Federal, que leve esta preocupação ao Governo Federal, porque o grande câncer do Governo Collor, que era o lobismo, a corrupção e o "esquema PC", em parte extirpados com o impedimento do Presidente da República, continuam, sob a forma de metástases, nos Governos posteriores.

Temos aqui, no jornal "Hoje em Dia" do dia 31 de maio corrente, um documento do Prefeito da minha cidade, Muzambinho, Prefeito que não é meu correligionário e, sim adversário político, Prof. Nilson Luiz Bortoloti, do PSDB, um homem íntegro, um homem honesto, que exerce pela segunda vez o mandato de Prefeito de Muzambinho, para a liberação de verba federal, em Brasília, para a construção de um poliesportivo, uma verba que foi consignada em orçamento para o Município de Muzambinho pelo Deputado Federal Carlos Melles, verba esta que teve a intermediação de uma empresa chamada Site Consultoria, que procurou o Prefeito e lhe ofereceu propina para a liberação desse recurso. Ele, um Prefeito honesto, que não aceita propina e muito menos vai construir um poliesportivo com R\$80.000,00, deixou de receber essa verba. Portanto, está de parabéns o Prefeito da minha cidade, Muzambinho, Prof. Nilson Luiz, pela recusa desse esquema que existe e foi realçado no Governo Collor, mas que ainda perdura sob forma de metástases e de que, muitos Prefeitos, tenho certeza, estão se aproveitando para enriquecimento ilícito. Espero que a Procuradoria, ao receber o processo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, leve a sério as denúncias apresentadas, encampe essa denúncia do jornal "Hoje em Dia" juntamente com o processo da Assembléia Legislativa mineira e o documento aqui protocolado pelo Deputado Federal Nilmar Miranda, para que esse processo, em nível federal, seja mais bem investigado, e a corrupção possa, a cada dia, ser combatida, e combatida num bom combate. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, companheiros da imprensa, demais pessoas presentes nas galerias: em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Mesa a promulgação da lei que trata do Programa Estadual de Conservação da Água, que, dentro de 180 dias, começará a ter recursos específicos para a conservação da nossa água, nascentes e matas ciliares. Foi um avanço espetacular para o nosso Estado.

Assomo à tribuna para falar do resultado extraordinário que tivemos hoje, pela manhã, na reunião da Comissão de Agropecuária, em que estiveram presentes os administradores regionais, os Presidentes de associações microrregionais, a FIEMG, a FEDERAMINAS, a FAEMG e vários colegas Deputados, tratando de um assunto muito importante para Minas Gerais, que são os fundos constitucionais, criados pela Constituição de 1988, que beneficiam vários Estados, e prejudicam Minas Gerais. Estamos entrando com dois requerimentos dirigidos à Mesa, para que o Governador do Estado tome providências, e os Senadores e a nossa Bancada federal também possam defender os verdadeiros interesses políticos de Minas Gerais.

Tenho em mãos o relatório do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, que beneficia Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e o próprio Distrito Federal. Vou pinçar alguns trechos desse relatório, para que os senhores tenham uma noção do que Minas está perdendo com a falta dos incentivos que são destinados a esta região. Inicialmente, havia razão, porque eram regiões de desenvolvimento econômico e social precários. Hoje, não concordamos absolutamente, porque são regiões que já estão com desenvolvimento econômico e social tão bom ou melhor do que o do próprio Estado de Minas Gerais e, até mesmo, de regiões limítrofes.

O primeiro aspecto que eu queria abordar é que esse Fundo, há sete anos, está beneficiando o Centro-Oeste, os Estados que foram citados; já está liberando cerca de R\$1.500.000.000,00 para financiar projetos de agropecuária, minerais, agroindustriais e industriais. Esses recursos são recolhidos ao Tesouro Nacional e repassados ao Fundo exatamente para aplicação em novos investimentos, que vão gerar emprego e renda nesses Estados. A aplicação do Fundo tem na Lei nº 7.827, de 1989, várias destinações relativas ao desenvolvimento regional daqueles três Estados e do Distrito Federal: financiamentos dirigidos aos setores produtivos, com tratamento preferencial para os pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas; utilização intensiva de mão-de-obra e matérias-primas locais; produção de elementos básicos para consumo da população; concessão de crédito para projetos de irrigação a pequenos e microprodutores rurais, suas associações e cooperativas; preservação do meio ambiente; assim, vários itens compõem a destinação desses R\$1.500.000.000,00, que já foram para os Estados do Centro-Oeste.

Quero fazer uma denúncia com relação ao Governo Federal, que diferencia o tratamento dispensado aos diversos Estados da Nação. A denúncia foi feita hoje por diversas instituições, com relação a vários empreendimentos que temos perdido em Minas Gerais. Quero nomear algumas empresas, que já me deram permissão, inclusive, de citá-las, através de contatos pessoais. Uma delas é o Grupo Maeda, que está estabelecido no Estado de São Paulo e iria fazer um investimento em Minas Gerais, especialmente no Município de Capinópolis. Por influência do FOMENTAR, programa de incentivo do Estado de Goiás, e, sobretudo, por causa dos incentivos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, que tem dinheiro disponível, juros menores e prazos maiores para essas empresas se instalarem, o Grupo Maeda foi instalar-se no Município de Itumbiara, portanto só saltou o rio Paranaíba. Também a Perdígão, projeto que foi muito discutido em Minas Gerais recentemente, por força do Ministro Arlindo Porto, colocou uma pequena unidade em Minas Gerais, no Município de Patos de Minas, mas a sua grande unidade foi para o Município de Rio Verde, em Goiás. Na semana passada, nós vimos, na "Gazeta Mercantil", um anúncio dizendo que o Banco do Brasil, através dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, já começa a receber propostas dos produtores que vão produzir frango para a Perdígão, no Município de Rio Verde. O projeto Perdígão de Minas Gerais, em Patos de Minas, se arrasta numa discussão com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, que quer executá-lo, mas não tem recursos para financiar a implantação dos galpões para a produção de frangos para a Perdígão mineira, que, na verdade, virou uma perdizinha. Um outro projeto denunciado hoje, de manhã, na nossa Comissão é o do Grupo Pif-Paf, que já tem o estudo de projeto para deixar Visconde do Rio Branco, na nossa Zona da Mata, e migrar para o Espírito Santo, porque esse Estado conseguiu, concomitantemente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, receber os benefícios da zona da SUDENE, quer dizer, dos fundos constitucionais do Nordeste. Pergunto-me por que Minas Gerais não consegue incluir o Jequitinhonha no Fundo do Nordeste, nem o Triângulo, o Alto Paranaíba e o Noroeste no Fundo Constitucional do Centro-Oeste. Será que o Espírito Santo tem força política partidária e força política ligada às entidades de classe maiores que Minas Gerais? Fica essa grande pergunta para que possamos refletir sobre ela.

Muito pior que perder novos investimentos, Minas Gerais está correndo o risco de perder investimentos já instalados, porque, no Espírito Santo, na Bahia, em Goiás e no Mato Grosso do Sul, essas empresas, evidentemente, têm muito mais condições para se instalar e perseguir o lucro que cada empresário gostaria de receber. Não somos, evidentemente, contrários a essa competição. Somos contrários à guerra fiscal - e nós a denunciaremos, como bem disse o Deputado Adelmo Carneiro Leão, hoje, na nossa reunião -; o Brasil precisa de políticas públicas consistentes, que venham a atender ao desenvolvimento harmônico e equilibrado do Brasil, e, não, apenas, a privilégios e pressões políticas ou a grupos políticos ou a interesses menores, sobretudo eleitorais, para tomar as decisões maiores neste País. A nossa Constituição está uma verdadeira colcha de retalhos. Foi dito, também, que um fundo constitucional só tem razão de existir até que o Estado atinja o nível de desenvolvimento esperado. Pois conseguiram, também, incrustar em nossa Constituição tanto o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte, numa condição permanente, embora os fundos constitucionais devessem ser uma condição temporária. São esses erros que o Brasil vem cometendo. Não concordamos com isso e colocamos a questão para a apreciação dos Deputados e de toda a comunidade, para que nós, que temos a responsabilidade de mudar, e, não, apenas, de cobrar da Câmara Federal, do Senado e do Presidente da República, possamos levantar a bandeira e exigir que as políticas públicas neste País tenham um verdadeiro objetivo, o desenvolvimento de nossa comunidade.

Ficamos pensando e combatendo os subsídios que os países evoluídos dão, sobretudo à agricultura, mas essa discriminação que existe hoje em relação ao cerrado mineiro, à Zona da Mata mineira, ao Centro-Oeste ou ao Espírito Santo é o mesmo raciocínio. O produtor e o empresário mineiro querem competir, sim, mas em igualdade de condições. Querem lutar com as mesmas armas que o Mato Grosso do Sul, Goiás, o Distrito Federal e o Espírito Santo. Não podemos ter uma arma de menor calibre nas mãos, contra uma de maior calibre, colocada pelo Governo Federal. Temos que contestar isso veementemente.

O nobre Deputado Luiz Fernando, no seu pronunciamento, falou sobre o projeto da Peugeot. É exatamente isso. Vamos continuar perdendo investimentos se Minas Gerais não se tornar competitiva. Não adianta o Governador Eduardo Azeredo, que é uma pessoa séria e bem-intencionada, fazer tudo para criar programas de incentivo, se perdemos em competitividade, por incentivo do próprio Governo Federal. Deixo esse alerta, pedindo, inclusive, às autoridades federais que façam a revisão para que as potencialidades deste País possam ser exploradas, mas em igualdade de condições, e, não, privilegiando determinadas regiões em detrimento de outras. Muito obrigado.

O Deputado Leonídio Bouças* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente gostaria de cumprimentar o Presidente desta Casa, Deputado Romeu Queiroz, e toda a Mesa pela promulgação recente dos projetos de lei que foram vetados - e os vetos foram derrubados por esta Casa. O primeiro veto foi à proposição sobre o programa de conservação de água, do Deputado Paulo Piau, que, com a sua competência, explicou a importância desse programa. Além desse, há o projeto que disciplina a questão das multas de trânsito, do eminente Deputado Ibrahim Jacob.

Esse projeto veio em uma hora importante, pois a sociedade mineira encontra-se alarmada diante desse festival de multas que está ocorrendo em todas as cidades do Estado. No Triângulo, particularmente na cidade de Uberlândia, a população tem reclamado através da imprensa, através da Câmara de Vereadores e dos Deputados desta Casa, para que se coloque um fim nesse festival de multas existentes no nosso Estado. Não quero dizer que o cidadão não cometa abusos, porque muitos abusos têm sido cometidos no trânsito. Tais abusos devem ser evitados. É preciso que haja uma legislação que realmente os evite.

No entanto, em primeiro lugar, é necessário que o cidadão receba um tratamento digno por parte do Estado. Gostaria de citar um fato acontecido com um cidadão, que foi multado, embora o seu veículo não se encontrasse nos locais mencionados na notificação. Assim, o cidadão apresentou sua defesa, em virtude das multas que lhe foram imputadas. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer um protesto junto ao DETRAN-MG, diante da resposta enviada para o cidadão. Assinada pelo Chefe da instituição, vem uma explicação sobre a necessidade de apresentação, por parte do interessado, da respectiva defesa prévia com a juntada da cópia dos documentos constantes na relação anexa. Os documentos necessários para defesa prévia são os seguintes. (- Lê:)

"Documentos necessários para defesa prévia:

1. Requerimento dirigido ao Chefe do DETRAN-MG, Dr. Raimundo Inácio de Oliveira, firmado pelo proprietário do veículo ou mediante procurador legalmente habilitado, com firma reconhecida em cartório, ou cópia da carteira de identidade, frente e verso.
2. Cópia do certificado de registro e licenciamento de veículo (DUT), comprovando o pagamento do seguro obrigatório de 1996 (frente e verso).
3. Cópia do comprovante de pagamento do IPVA de 1997 e seguro obrigatório de 1997.
4. Extrato de multa atualizado.
5. Se o veículo estiver em nome do proprietário anterior, juntar cópia do recibo, totalmente preenchido, sem rasuras e com firma reconhecida do vendedor.
6. Em caso de veículo cadastrado em nome de empresa, deverá anexar cópia do contrato social, constando o nome do representante legal, devendo reconhecer a firma deste no requerimento.
7. O requerimento deve ser entregue ao setor de expediente do DETRAN-MG, na Av. João Pinheiro, 417 - Funcionários."

Não sou contra o fato de se disciplinar o procedimento para a apresentação de uma defesa, mas entendo que é totalmente exagerado o tratamento que se dá ao cidadão. No momento da aplicação das multas, basta pegar a canetinha e escrever, emitir a multa. No entanto, quando vai reclamar, o cidadão encontra tanta burocracia que, muitas vezes, é desencorajado a apresentar a defesa prévia exigida.

Portanto, o cidadão está clamando por dignidade. O Estado brasileiro precisa de reformas urgentes. Estamos constantemente falando em reforma fiscal, tributária, da previdência, administrativa e política. No entanto, antes de tudo isso, é preciso que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário se lembrem de que o Estado existe em função do cidadão, para garantir ao cidadão aquilo que ele realmente precisa, ou seja, o direito à saúde, à educação e à segurança pública, como já dissemos aqui repetidas vezes. O cidadão merece dignidade, merece um tratamento respeitoso. Por isso, estamos aqui fazendo esse protesto, não só com relação ao festival de multas, o qual, espero, tenha um fim, mas também com relação ao tratamento dispensado ao cidadão quando ele quer fazer a sua defesa. Agora, temos esse projeto do Deputado Ibrahim Jacob, aprovado e promulgado pela Mesa desta Casa, que vem disciplinar a emissão dessas multas. Além disso, cria um conselho estadual com participação da sociedade civil organizada, para que o cidadão possa se defender. Se estiver errado, que efetue o pagamento, como deve ser feito com relação à multa. Mas ele tem direito a defesa, o que não vinha acontecendo.

Aproveito minha participação nesta tribuna para cumprimentar o Deputado Paulo Piau por seu pronunciamento sobre o comportamento de Minas Gerais em relação à implantação de novos projetos industriais ou agrícolas que venham beneficiar o Estado de Minas Gerais. Como ele bem disse, não pretendemos que haja uma guerra fiscal, mas está acontecendo um tratamento dispar, diferenciado, com todos esses incentivos fiscais patrocinados nas regiões da área de atuação da SUDENE, na região Centro-Norte, que dispõe de um programa próprio.

Eu gostaria de relatar uma visita feita à cidade de Uberlândia, na segunda-feira, pelo Ministro Arlindo Porto, acompanhado do Secretário da Indústria e Comércio, Deputado Maurício Campos, e pelo Secretário da Agricultura, Alysson Paulinelli. Além dos representantes do Governo do Estado, estava presente o Governo Federal, mostrando o interesse na instalação, em Minas Gerais, especificamente na cidade de Uberlândia, de um grande empreendimento do Grupo Monsanto, um dos maiores grupos industriais do mundo na área de fabricação de herbicidas. No Brasil, ele atua com o Monsoy, grupo pertencente ao Monsanto. Duas cidades estão disputando a instalação não de uma fábrica de herbicidas, uma vez que o grupo pretende investir em biotecnologia. Eles querem uma área muito grande, que a Prefeitura de Uberlândia já se dispôs a entregar. É a Fazenda Rio das Pedras, com 250ha. Através de um convênio com a Universidade de Uberlândia, a Fazenda será usada para a instalação de um centro de excelência de produção de sementes que gerarão plantas imunes a pragas, o que provocará grande desenvolvimento em todo o Brasil, na área agrícola. As duas cidades que estão em disputa são Uberlândia e Goiânia. Desta vez, o Estado estava representado por dois Secretários de Estado. Espero que essa empresa se instale no Triângulo, em Uberlândia, transformando a cidade numa das capitais do "agribusiness" no Brasil. É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que devemos insistir junto ao Governo do Estado para mudar as regras de atuação do Governo em relação aos novos empreendimentos, para o que Minas Gerais tem todas as condições, que são excepcionais. Todo dia ouvimos falar que Minas é o Estado que mais investe em educação. O próprio Presidente Executivo, Dr. Antônio Queirós, na Prefeitura de Uberlândia, segunda-feira, afirmou que a escolha recairá sobre a cidade que dispuser de condições educacionais e que, através de uma universidade, estabeleça um convênio com o objetivo de ajudar na implantação desse projeto. Seria a primeira grande ação para que Uberlândia, como cidade-pólo de Minas Gerais,

deslanche seu projeto de implantação de uma "tecnópolis".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos trabalhar para unir as forças. Lá em Uberlândia tive a oportunidade de ouvir uma palestra em que se abordava a questão da Universidade Federal de Uberlândia, que se encontra preparada para dar esse suporte ao Grupo Monsanto. Mas, se pudéssemos contar com uma ação conjunta do Governo do Estado, poderíamos incluir no projeto as universidades de Viçosa e Lavras, uma vez que elas já têm uma tradição na área agrícola. Numa primeira disputa entre Goiás e Minas Gerais, ficaríamos à frente. Depois, recaindo a disputa sobre Minas Gerais, já temos a cidade de Uberlândia, que ora está em contenda por novos empreendimentos.

Agradeço a atenção, e vamos realmente lutar para que o nosso Estado reencontre o seu caminho.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um breve pronunciamento e tecer alguns comentários sobre uma reunião importante que tivemos hoje, nesta Casa, com o Superintendente do Banco do Nordeste, o Sr. Marcos Antônio Barroso, e os gerentes do Banco do Nordeste em Belo Horizonte e em Montes Claros.

Mas, antes de falar do Banco do Nordeste, quero mencionar o "fax" que recebi do Senador Francelino Pereira, tratando exatamente de um outro Banco, o Banco do Brasil. Sua Exa. o Sr. Senador mostra sua preocupação com a política daquele Banco, que está fazendo uma verdadeira covardia com os seus funcionários.

Cito, como exemplo, o que estão tentando fazer em Montes Claros, que tem um sistema integrado de compensação de cheques, que recentemente estava com 190 funcionários e, de alguns meses para cá, acompanhando a tendência do Banco do Brasil de enxugar a sua máquina administrativa dispensando funcionários, esse sistema de integração de cheques de Montes Claros será desativado. O Senador mostra a sua preocupação e tomou suas providências, mas espera que esta Casa, o Governador e os Deputados Federais também se integrem nesse trabalho para evitar o caos no Banco do Brasil, com relação a seus funcionários.

Sabemos da importância e do contexto desse Banco, e é necessário que tornemos pública a nossa preocupação e mostremos que não podemos concordar com a política que se instala naquele Banco. Eles instituíram um programa de desligamento voluntário, mas diziam para o funcionário: "Você será mandado embora, mas se não quiser sair, peça transferência para o Acre, Rondônia ou Amazonas. É a única forma de mantê-lo no quadro do Banco". Isso aconteceu, tornou-se público e apresentamos o nosso posicionamento contrário a essa política, porque quando se fala em contenção de gastos, o primeiro da lista é o funcionário, seja ele de Banco, do Governo ou da iniciativa privada. Muitas vezes o funcionário trabalhando há dezenas de anos não tem outra opção a não ser aderir a esse programa de desligamento voluntário.

Estamos vendo a desativação desse sistema de compensação de cheques, que será transferido para a cidade de Uberlândia, que acabou de ser motivo de pronunciamento dos Deputados representantes daquela região e que, na verdade, é uma das cidades privilegiadas do Estado de Minas Gerais. Parabéns a Uberlândia, parabéns a sua força política, e parabéns também ao Senador Francelino Pereira, que mostra a sua preocupação ao pedir a intervenção desta Casa. Estamos nos manifestando oficialmente desta tribuna e vamos fazê-lo também através de documentos que enviaremos à direção do Banco do Brasil, mostrando a não-concordância deste e de outros parlamentares com a política de contenção de gastos daquele Banco, que sempre caiu e tem caído "no lombo" dos funcionários, pobres coitados.

Por outro lado, mudando radicalmente o nosso posicionamento, queremos parabenizar um outro Banco: o Banco do Nordeste. Ele existe na área mineira da SUDENE e mudou o seu posicionamento. Antigamente existia simplesmente na sua direção superior, em Brasília, e nos Estados nordestinos. Hoje, por ser um Banco que tem fomentado a iniciativa privada, que tem ajudado os trabalhadores urbanos e rurais, tem procurado mais inserir-se no Estado de Minas Gerais.

Nessa reunião de hoje com a bancada dos Deputados do Norte de Minas, tivemos a grata satisfação e a grata surpresa ao constatar que o Banco do Nordeste está preocupado em trazer recursos para a nossa região e para o Estado de Minas Gerais. Apenas um dado mostra a importância desse Banco. O Banco do Nordeste tem 9 agências no Norte de Minas. Das 85 agências dos vários Bancos no Norte de Minas, essas 9 agências são responsáveis por 90% do crédito rural daquela região. E são responsáveis também por 82% das operações ativas do Banco do Nordeste em Minas Gerais, especificamente no Norte de Minas.

Além disso, esse Banco tem programas importantes e interessantes. Gostaria de citar três que o Banco do Nordeste tem na nossa região: o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, que somente no ano de 1996 investiu R\$70.000.000,00 no pequeno produtor rural, naquela pessoa que tem o seu pequeno comércio ou a sua pequena indústria localizada naquela região do Norte de Minas. O segundo é o programa de geração de empregos e rendas, tão falado e decantado projeto, com a aplicação de R\$60.000.000,00. E, atualmente, o que está na moda, o PRONAF, que vai ser "puxado" pelo Banco do Nordeste e que já está atendendo mais de 1.600 pequenos produtores da região do Norte de Minas.

A Deputada Elbe Brandão (Em aparte)* - Gostaria de parabenizar o nobre colega por essa reunião com o Banco do Nordeste hoje, tão proveitosa para nós, Deputados da bancada do Norte de Minas. E quero agradecer ao Banco do Nordeste, de público, pois ele constitui o maior Banco de fomento deste País em algumas questões estruturantes para aquela região, como é o caso do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR -, que está beneficiando o Norte de Minas.

Tratamos de outros dois assuntos hoje na reunião. Um deles foi o programa de parceria do Banco do Nordeste com uma cerâmica em Bocaiúva, que está desativada, e o outro é a retomada de um plano habitacional junto com as associações.

Gostaria de confirmar, também, a presença do Banco do Nordeste na Comissão de Agropecuária, durante a discussão que faremos sobre a reabertura do Frigorífico Caioba, de Janaúba, em parceria com a sociedade, com os empresários da região e com o Banco.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço a participação da Deputada Elbe Brandão. Sou testemunha de sua grande preocupação e de seu entrosamento com as pessoas que gerenciam o Banco do Nordeste. Acredito que o pedido de V. Exa. será analisado e atendido, mesmo porque o pessoal daquele Banco, além do interesse, tem uma grande dívida a ser resgatada com o Norte de Minas. O pedido de V. Exa. foi de extrema importância para o Município de Bocaiúva. Aliás, não apenas a participação de V. Exa. é importante como também a participação de todos os Deputados do Norte de Minas, que compareceram maciçamente àquela importante reunião.

Para terminar, Sr. Presidente, gostaria de ressaltar a posição firme e coerente do Governador Eduardo Azeredo, que entendeu que o Banco do Nordeste tem uma grande importância para nós. O Governador é o responsável pelas ações desse Banco no Estado de Minas Gerais, especificamente no Norte de Minas, na recuperação da cotonicultura, que é uma agricultura própria da região Norte de Minas, que tinha, há dois anos, uma produção de 150.000t. Hoje, essa produção está reduzida a 40.000t. Então, a região está retomando a produção de algodão. O Banco é importante também no programa do novillo precoce, que é um financiamento dado aos pequenos produtores, para que possam desenvolver esse programa, que é também inerente a essa região. Outro programa é a fruticultura, que tem despertado a atenção de Governadores, autoridades nacionais e internacionais. Hoje, firmamos, através do Banco do Nordeste, o compromisso de desenvolver na região de Cristália, Botumirim, Grão-Mogol e Itacambira o programa da cafeicultura. É uma região própria para a cultura do café, com clima e altitude próprios, e o Banco do Nordeste garantiu financiamento para a cafeicultura na região.

Portanto, sentimo-nos muito à vontade ao falar desse Banco. É um Banco da nossa região, que tem investimentos. Fizemos um paralelo entre o que o Banco do Brasil está fazendo, ou melhor, não está fazendo, sua política para o funcionário e para seus clientes, e a política do Banco do Nordeste, para a clientela daquela região. Está de parabéns o Banco do Nordeste. Esperamos que ele possa levar adiante sua programação de investimentos e de implementos para ajudar o pequeno produtor, aquela pessoa que tem até medo de chegar perto do gerente. O gerente, para essas pessoas, é uma figura quase intocável. E o Banco do Nordeste, pelo contrário, está indo à região e desenvolveu o Programa de agentes comunitários. Trata-se de um gerente que possui equipamentos e que, através de computadores, vai até os municípios, oferece seus serviços, sua assessoria. Isso é fundamental.

Por último, gostaria de cumprimentar o Deputado Wilson Pires, que esteve presente àquela reunião. Ele mostrou a necessidade de o Banco do Nordeste investir também no Nordeste mineiro, na área do Alto Jequitinhonha, no vale do Mucuri, que são regiões carentes, que têm a mesma identidade da região Norte de Minas. O Deputado Wilson Pires tem sido um grande batalhador, ao lado de outros Deputados daquela região, e sua posição marcou, porque mostramos àquelas pessoas que têm o poder de decidir a necessidade de investirem na região. O vale do Jequitinhonha está prestes a ingressar na área mineira da SUDENE. Junto com esse ingresso, é necessário que já se comecem a desenvolver programas para que o Banco do Nordeste vá para aquela região e não seja conhecido apenas por caravanas esporádicas, mas por programas bem fundamentados e bem estruturados, como S. Exa. propôs. Parabéns Wilson, parabéns bancada do Norte de Minas, que marcou mais esse ponto. A partir de hoje, vamos deixar a retórica e partir para a prática, mostrando que a nossa região

não é uma região pobre, mas que precisa de investimentos e de programas iguais a esse do Banco do Nordeste. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto que abordarei, julgo um assunto de suma importância e urgente. Eu gostaria de mais de 5 minutos, entretanto, como sou o último orador, realmente, pelo Regimento Interno, V. Exa. pode ordenar que eu termine de falar no quinto minuto.

Ocupamos esta tribuna para dizer que, em nenhum momento, este Deputado envolveu qualquer Deputado desta Casa, citou nome de qualquer Deputado nesta Casa, porque tenho a convicção absoluta, Srs. Deputados, Sr. Presidente, que este Poder é o maior Poder do Estado, maior que o Executivo, pois pode cassar o Executivo, se quiser. Este Poder é um Poder instituído por Deus, e representa todas as vertentes e segmentos do nosso povo. O Poder Legislativo é o padrão da democracia e do governo republicano. A denúncia que fiz aqui, do esquema de corrupção que existe, montado por empreiteiras e funcionários do Governo Federal, a que chamei de mãe das corrupções, porque corrumpo o que há de mais importante na Nação, corrompe o Poder. Quem é que não sabe que os Prefeitos, quase todos, são "cantados" e aliados. Se não eram antigamente, agora está demais. Nesse ínterim, este Deputado, quando viajou, ouviu alguns Prefeitos e ficou horrorizado, porque essas empresas - e essa Sorth Consultoria é apenas uma das muitas empresas existentes - são corretoras apenas, vendedores, porque interessa muito mais ao esquema maior, centrado em Brasília, as obras superfaturadas. Não se consegue quase, hoje, liberação federal sem pagar. Formou-se uma cultura da corrupção, e esta Casa, tenho certeza absoluta, assim como os 76 Deputados restantes, sente-se compelida, como Poder Legislativo maior do Estado da Inconfidência, a fazer uma moção, a qual estarei assinando com os senhores pedindo que se instaure uma CPI, em nível de Congresso Nacional, porque somente uma CPI, em nível de Congresso Nacional, poderá desbaratar, sim, e ter plenos poderes - o que nós não temos - para convocar ou para intimar um federal, um Senador, um Presidente.

Mas entendo, por outro lado, também, senhores, a dor, porque a sinto mais, ou igual a qualquer homem que tenha sensibilidade. E percebi que colegas sentiram-se machucados, talvez até nas más interpretações das minhas palavras. Eu não generalizo para dizer que todo o Congresso, que todos os Deputados Federais estão envolvidos nisso. Claro que não. Existem homens sérios, vocacionados para isso. E a imprensa, os formadores de opiniões precisam ver isso, são vocações tão legítimas quanto o sacerdócio e quanto o jornalismo, que era uma vocação de profeta, no Antigo Testamento.

- O Presidente faz soar a campainha.

Termino agora, Sr. Presidente, com a sua paciência. Este Deputado, que sempre fala de improviso, não se fez comunicar bem.

O único nome de Deputado de que tenho prova, de quem tenho a convicção de que foi visitado, de que tentaram seduzir, foi o Deputado Raul Lima Neto; pelo que respeito a todos os Deputados.

Termino dizendo que a humildade precede a honra. Quem falou isso foi o maior político do mundo: Salomão. A humildade precede a honra. Há tempo de abraçar, há tempo de deixar de abraçar; tempo de ir, tempo de vir; tempo para todas as coisas dos céus e da terra; tempo de lutar e de recuar; e é tempo de dizer, com humildade, porque a verdade é que eu amo e sinto-me honrado de fazer parte da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, como Deputado Estadual. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, demais pessoas presentes nas galerias, imprensa; assomo à tribuna agradecendo ao Líder do PT, Deputado Marcos Helênio, a cessão deste espaço para que pudéssemos, em nome da Bancada, expressar a nossa posição relativa a matérias que vêm sendo veiculadas por jornais, em especial, "O Tempo". Trouxemos alguma documentação, pois não temos condição de trazer até aqui, em cima, o carrinho contendo todas as pastas com o trabalho realizado pela Assembléia Legislativa. Primeiramente, vamos explicar o porquê da nossa fala. Ontem, fomos surpreendidos com uma matéria publicada no jornal "O Tempo", que diz: "Patrus fez contratação irregular". Não há nenhuma colocação no sentido de que poderia ter feito, apenas diz: "Patrus fez contratação irregular de empresa de consultoria para a Prefeitura de Belo Horizonte". Nós defendemos a liberdade de imprensa, uma vez que há o direito de divulgar e publicar os fatos que vêm ocorrendo, mas, neste caso, temos que dizer que se trata de matéria infundada, inverídica. Por quê? A Assembléia Legislativa realizou, durante mais de seis meses, no ano passado, uma CPI, da qual fui o autor. Ela foi presidida, e muito bem, pelo Deputado Geraldo Rezende e teve como relator o Deputado Carlos Pimenta, do PL. Durante seis meses, investigamos e trabalhamos com os contratos de consultoria de empresas em mais de 156 municípios de Minas Gerais, e eu poderia enumerar contratos dessas Prefeituras, das de Uberlândia, Ipatinga, Contagem, Ribeirão das Neves, Juiz de Fora e outras. Na sua grande maioria, elas fizeram contratos com consultorias sem licitação, porque tinham amparo legal na Lei nº 8.666, art. 13, que assegura e garante esse direito às Prefeituras, desde que as empresas contratadas tenham notória especialização. E foi o caso. Todas elas, e aqui temos todos os contratos, são mais de 156 Prefeituras, estão regulares. Isso foi apurado pela CPI, e o relatório, por recomendação do Plenário desta Casa, foi entregue ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Secretaria da Fazenda. Em momento algum, houve discriminação de Prefeituras por pertencerem a este ou aquele partido. Todas foram examinadas com o mesmo critério, e, no aspecto da contratação, não ficou comprovada a existência de irregularidade. Portanto, se for verdadeira a matéria publicada pelo jornal, significa que não foi verdadeiro o trabalho realizado pela CPI da Assembléia Legislativa, que cometeu equívocos, privilegiando Belo Horizonte. Isso, absolutamente, não aconteceu. Os sete Deputados que compuseram a CPI são extremamente sérios e, em nome do Poder Legislativo, fizeram um bom trabalho. São eles: Presidente, Deputado Geraldo Rezende; Vice-Presidente, Deputado Arnaldo Penna, do PSDB; relator, Deputado Carlos Pimenta, do PL; Deputado Gilmar Machado, do PT; Alberto Pinto Coelho, do PTB; Paulo Piau, do PFL, e Ivair Nogueira, do PDT.

Não viemos fazer disputa com a imprensa, porque esse não é o nosso objetivo. Defendemos, volto a afirmar, a liberdade de imprensa, mas ela requer, também, que sejam fundamentadas as matérias. Se se tivesse colocado que Patrus faz contratação sem licitação de consultorias, não estaríamos fazendo questionamento. Não poderíamos aceitar passivamente que a nossa maior liderança em Minas Gerais, o ex-Prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias, pudesse ser acusado de ter feito contratação irregular, porque a CPI que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais realizou comprovou que não houve irregularidade no processo que foi feito. A CPI comprovou que houve irregularidade nas DAMEFs de Contagem e Congonhas. No caso de Contagem, temos em mãos o inquérito policial feito pela Secretaria da Segurança Pública, no qual até uma consultoria está recebendo um processo por ter adulterado DAMEFs, aumentando artificialmente o índice do Município de Contagem. Portanto, fizemos um requerimento, solicitando que viessem aqui os representantes da Secretaria da Fazenda, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, para dizerem o que já foi feito até agora, com relação às indicações que a CPI do VAF solicitou. Fomos aos vários órgãos entregá-lo pessoalmente. Das providências sugeridas pela CPI, uma delas é que fosse solicitada às Prefeituras a suspensão dos contratos com empresa de consultoria, porque entendemos que a Secretaria da Fazenda teria condições de treinar os seus técnicos para dar assessoria às Prefeituras a fim de que não tivessem a necessidade de fazer esse tipo de contrato.

Encerrando essa parte, queremos dizer que a Bancada do PT na Assembléia Legislativa quer deixar, de público, o seu protesto contra a matéria, da forma como foi publicada. Entendemos que todos os jornais têm o direito e o dever de investigar e apontar irregularidades, só que gostaríamos que pudessem olhar essa questão, diante do que foi colocado na CPI, e pudessem, de fato, informar aos seus leitores. Desde o início, elogiamos o jornal "O Tempo" pelo seu trabalho e cobertura. Minas precisa, cada vez mais, ter uma imprensa que informe mais, para que cheguem notícias em todo o interior do Estado e o povo saiba das irregularidades e dos acertos que as administrações vêm fazendo. Gostaríamos que tomassem cuidado com a divulgação, porque fica parecendo que é uma disputa artificial. Todos já sabem que o companheiro Patrus Ananias é um dos nomes que o PT discute para ser candidato ao Governo do Estado. Não temos medo. Recebemos, nesta semana e na anterior, vários ataques, pois irregularidades foram apontadas relativas ao PT. Estamos investigando. Foi criada uma Comissão de Ética no partido, para examinar algumas denúncias que foram feitas. Aceitamos as críticas e vamos investigar. Se tiverem procedimento, as pessoas responsáveis serão punidas. Gostaríamos que fosse dado ao partido o tratamento que é dado aos demais.

Na questão dos dois Deputados que foram expulsos sumariamente do PFL, não foi dito que as irregularidades eram de todo o partido, mas, quando uma acusação é feita contra uma administração nossa, do PT, o partido é colocado como um todo. Recebemos isso, inclusive, como algo que demonstra que o PT é, realmente, um partido, uma agremiação forte e estruturada. Portanto, todos os ataques são feitos diretamente ao partido, como um todo. E nós recebemos qualquer crítica a qualquer companheiro como algo feito ao conjunto do partido. Entendemos que isso é salutar. Queremos, realmente, transparência, ética e, também, a fiscalização dos atos de nossos executivos e de nossos parlamentares. Estamos sujeitos a erros, queremos que, realmente, todos possam apontá-los e estamos abertos à crítica e às questões que nos são colocadas. Gostaríamos, também, que as pessoas pudessem olhar - quando fizessem as suas colocações -, não fazendo afirmações, mas levantassem o problema, para que fôssemos investigar. Não foi isso o que aconteceu com o caso do ex-Prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias.

Encerrando, não poderia deixar de, em nome da Bancada do PT, ficar surpreso com uma matéria publicada no "Minas Gerais", e, também, no "Estado de Minas" de hoje: o Governo do Estado, através de um ato do Secretário do Governo, Cláudio Mourão, concede reajuste salarial a 400 funcionários que exercem cargos comissionados. Esse reajuste varia de R\$200,00 a R\$1.000,00, enquanto foi concedido reajuste de apenas R\$8,00 para os funcionários do Quadro Permanente, em especial aos serviços, deixando o restante do funcionalismo sem reajuste. Não podemos continuar a assistir a essa situação. Tenho certeza de que o Líder do Governo, Deputado Péricles Ferreira - e somos testemunha disso -, tem feito esforço para garantir uma reunião entre os representantes do funcionalismo e o Governador do Estado, para que possamos discutir essas questões. O funcionalismo público, ou seja, os funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, não podem passar mais um ano sem nenhum tipo de reajuste. Também não podemos permitir que os servidores públicos abram os jornais e vejam que quem exerce cargo de chefia vai ter reajuste, enquanto os demais continuam sem nenhum tipo de reajuste. Precisamos abrir um

debate aberto e franco. Vamos ver se há ou não, realmente, condições de se dar reajuste. Por que foi dado esse tipo de reajuste aos ocupantes de cargos comissionados? Esse é o "Robin Hood" do Governo do Estado, ou seja, o "Robin Hood" do funcionalismo. Tirar de baixo para dar lá em cima. Esse não é o melhor método para resolver os problemas do funcionalismo público, da máquina, dos servidores que tão bem vêm prestando serviços e fazendo de Minas Gerais um dos grandes Estados da Federação. Precisamos ter mais respeito com esses brilhantes funcionários, que vêm-se dedicando, mas que não podem conviver com essa política de arrocho e recessão.

Quero, mais uma vez, agradecer ao meu Líder, Deputado Marcos Helênio, a cessão do tempo para que pudéssemos prestar esses esclarecimentos à Assembléia Legislativa e ao povo de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão do tempo.

O Deputado Anderson Adatao - Sr. Presidente e Srs. Deputados, na semana passada, no dia do leilão das ações da CEMIG, ocupei a tribuna e disse que voltaria para fazer uma avaliação técnica. Naquela oportunidade, disse ao Deputado Miguel Martini que iríamos discutir o assunto. Gostaria de dizer ao nobre Deputado que o meu pronunciamento não foi feito seguindo uma linha política ou partidária. Procurei formular o meu pronunciamento usando um raciocínio eminentemente jurídico.

Em todos os momentos em que abordo a venda das ações da CEMIG, procuro deixar claro que a CEMIG é detentora de mais de 50% das ações e de menos de 51%.

Com a venda de 32,963% de suas ações ordinárias, ou seja, de seu capital votante, o Estado de Minas Gerais perdeu ou não o controle da CEMIG?

Antes de começarmos a discutir a matéria, lembramos que a palavra "controle" significa, segundo qualquer dicionário da Língua Portuguesa, "ato ou poder de controlar, o domínio, o governo, podendo ainda significar a fiscalização sobre atividades de pessoas, órgãos, departamentos". Como se vê, "controle" não tem adjetivos, é o poder do Governo, domínio.

Para respondermos à indagação se o Estado perdeu ou não o controle da CEMIG, necessário se faz citarmos alguns dispositivos legais que conceituam "acionista controlador" e "acordo de acionistas".

A Lei nº 6.404, de 15/12/76, define "acionista controlador":

"Art. 116 - Entende-se por acionista controlador a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum que:

a) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembléia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e

b) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia".

Resumindo: acionista controlador é o acionista que usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

Acordo de acionistas, segundo o art. 118 da Lei das Sociedades Anônimas, "é um instrumento legal cuja natureza jurídica outra não é senão a de um contrato regulador dos interesses e da convivência dos acionistas acordantes, até mesmo com execução específica".

Sintetizamos o que foi dito até aqui com o objetivo de facilitar as ponderações que vamos fazer.

Acordo de acionistas é um contrato regulador dos interesses e da convivência dos acionistas, com direito de voto, para orientar o funcionamento e as atividades da empresa.

Passamos, agora, a tratar do acordo de acionistas previsto na cláusula quarta do Edital de Leilão Público de venda das debêntures conversíveis em ações ordinárias da CEMIG.

"Cláusula quarta - Composição e funcionamento dos órgãos de administração:

4.1 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, que serão compostos e funcionarão de conformidade com o Estatuto e com as disposições deste Acordo.

4.2 - O Conselho de Administração da Companhia será composto de 11 (onze) membros titulares e igual número de suplentes, um dos quais será o Presidente e outro o Vice-Presidente, eleitos para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, cabendo ao Estado indicar 6 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, à sociedade indicar 4 (quatro) membros titulares e suplentes e, aos demais acionistas minoritários, caberá indicar 1 (um) titular e respectivo suplente, observados os requisitos legais.

4.2.1 - Cada parte indicará à outra, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da realização da assembléia, as pessoas por ela escolhidas, obrigando-se ambas a votar em bloco nas pessoas assim indicadas, cujos nomes não poderão ser recusados, salvo na hipótese de desatendimento a prescrições legais.

4.6 - Nas assembléias-gerais que deliberarem sobre o Estatuto da Companhia, as partes se comprometem a votar no sentido de estabelecer a seguinte competência para o Conselho de Administração:

c) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;

d) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia e sobre a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);". E é claro que o Estado de Minas se enquadra nesse "terceiros", dentro de qualquer proposta de parceria.

"e) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre empréstimos, financiamentos e outros negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, de valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.7 - As reuniões do Conselho de Administração poderão instalar-se com a presença mínima de 6 (seis) conselheiros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos conselheiros presentes, cabendo ao seu Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

4.7.1 - Dependendo de quorum qualificado as deliberações do Conselho de Administração relativas às matérias constantes nas alíneas "c", "d", "e" e "i" do item 4.6 supra, para as quais será necessário o voto de 8 (oito) conselheiros;".

Ou seja, o Estado poderá indicar apenas 6 (seis).

É importante repetir que esse prometido acordo de acionistas será brevemente assinado, pois, segundo palavras de seu Diretor, para liquidar a transação, a Southern está esperando a publicação do Contrato de Concessões, a ser apresentado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE -, no qual será incluída a nova política tarifária da

CEMIG.

Com a assinatura desse acordo de acionistas, o novel acionista e acordante, não obstante detenha apenas cerca de 33% do capital votante da empresa, preencherá quatro das onze vagas no Conselho de Administração da CEMIG e, por esse motivo, terá direitos sobre o controle da empresa, mesmo sendo acionista minoritário, como ficou registrado, na já transcrita cláusula 4.7.1, que exige o "quorum" qualificado, ou seja, o voto de oito dos integrantes do Conselho de Administração. Já está provada, do ponto de vista jurídico, a transferência do controle acionário da CEMIG.

Para que se perceba a gravidade de tal afirmação, documentalmente comprovada, basta repassar quais deliberações serão entregues à vontade minoritária, porém controladora, do acionista acordante com o Estado. Tais matérias, submetidas ao arbítrio único do acordante minoritário, compreendem exatamente: "deliberar (...) sobre contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas controladas destes". Ora, o acionista da CEMIG, permanentemente contratador com a própria (CEMIG), é um só: o Estado de Minas Gerais.

Para o Estado contratar com a CEMIG, após a assinatura do acordo de acionistas, só será possível se o acionista minoritário assim o quiser, se for da sua vontade e do seu agrado.

Isso é um absurdo. Antes de avaliar os documentos e confiando nas palavras do Governador, que disse que o contrato que estava sendo proposto era um contrato criativo, não tive a perseverança naquele momento de perguntar ao nosso Governador: criativo para quem?

Gostaria que os Deputados que aqui estão nos dessem apoio à campanha que faremos em todo o Estado, para denunciar essa burrice, esse absurdo tão grande, cometido com relação a uma empresa tão séria e importante para os destinos de Minas Gerais.

Essa constatação permite que se faça a seguinte exemplificação: se o Estado de Minas Gerais quiser contratar com a CEMIG a eletrificação de qualquer município mineiro só o fará se o acordante minoritário assim o permitir.

Continuando a nossa linha de raciocínio, conforme já dissemos anteriormente, o ato de "deliberar (...) sobre a alienação ou constituição de ônus reais sobre os bens do ativo permanente da Companhia e sobre a prestação por esta de garantias a terceiros de valor individual superior a R\$1.000.000,00" é ato exclusivo da vontade do privilegiado acordante minoritário. O Estado acionista não terá a liberdade sequer para aprovar negócios ou garantias ou alienações a partir desse, relativamente, pequeno valor, sem a acordância do acionista minoritário. Isso, para nós, é transferência de controle em estado puro.

Também não é só. O ato de "deliberar (...) sobre empréstimos, financiamentos e outros negócios jurídicos, no valor superior a R\$1.000.000,00..." passa a depender da vontade do acionista minoritário. Dessa forma, impossível imaginar o exercício do controle mínimo por parte do Estado.

O ponto que abordaremos, agora, consideramos o mais interessante. O ato de "escolher anualmente e, se for o caso, destituir os auditores independentes da Companhia" é ato que só o voto do acordante minoritário decidirá. Nesse caso em particular - ressaltando a gravidade do fato - o Estado, acionista majoritário, não terá o direito de fiscalizar. Será o fiscalizado. Como dizer que o Estado é o acionista controlador numa situação dessas? Impensável.

Esse controle acionário exercido pelo minoritário acordante não se dará mediante deliberação "pro societis", já que se dará mediante voto qualificado do minoritário ou mesmo através do seu veto.

Assim está previsto para o funcionamento do Conselho de Administração e também para o funcionamento da Diretoria Executiva, composta por oito diretores, dos quais apenas cinco serão indicados pelo Estado, e os três restantes pelo acionista minoritário, como ficará demonstrado a seguir:

Diz a cláusula quarta em seu item 4.8.1, do acordo de acionistas:

"4.8.1 - O Diretor-Presidente, o Diretor de Finanças, o Diretor de Gestão Empresarial, o Diretor de Projetos e Construções e o Diretor de Distribuição serão eleitos pelo Conselho de Administração entre nomes apresentados pelo Estado, com base em critério de competência técnica profissional; o Diretor Vice-Presidente, o Diretor de Produção e Transmissão e o Diretor de Suprimento e Material serão eleitos pelo mesmo Conselho entre nomes apresentados pela Sociedade, também com base em critério de competência técnica e profissional."

Isso aqui é apenas para esclarecer.

O Deputado Miguel Martini (Em aparte) - Deputado Anderson Aduato, queria parabenizar V. Exa. pelo estudo, pela forma criteriosa com que V. Exa. levanta esse problema e o traz para debate nesta Casa, apesar de dizer que tudo isso já foi bastante debatido, foi tornado público, enfim, foi investigado pelo Tribunal de Contas, que, inclusive, deu parecer favorável. Também foi acatada uma liminar no Tribunal de Justiça e julgada improcedente a ação, reconhecendo-se que não se transferia o acordo.

Então, esse é o posicionamento de V. Exa., e os dados são esses. Certos ou errados, tanto o Tribunal de Contas quanto o Tribunal de Justiça votaram favoravelmente à posição defendida pelo Governo. Assim, gostaria de perguntar a V. Exa. se esse posicionamento é do Deputado Anderson Aduato, ou seja, é uma convicção pessoal, ou é uma convicção ideológica, defendida pelo partido de V. Exa., principalmente pela bancada que V. Exa. representa como Líder nesta Casa.

O Deputado Anderson Aduato - Sr. Deputado, pela importância do projeto apresentado, pela autorização que me foi dada pela Assembléia, ciente da importância que tinha o meu projeto e pela minha condição de Líder da Bancada do PMDB na Assembléia, tenho a obrigação de consultar os Deputados do PMDB sobre a questão.

Recebi deles, depois das devidas explicações, pois eles não tinham conhecimento, sinal verde para apresentar o projeto. E se recebi da minha Bancada sinal verde para apresentar esse projeto que, do ponto de vista político, é radical, na verdade, no meu entendimento, tenho a procuração da minha bancada para também fazer isso.

É claro que não utilizei, em momento algum, o raciocínio que o Governo utilizou no momento em que nós o autorizamos a vender 33% das ações, mas continuando com o controle. Quanto ao controle, é um controle sem objetivos. E o Governador disse, na reunião de Líderes, que tinha sido um acordo extremamente criativo. Mas, analisando juridicamente, estou para entender as palavras do Governador.

Agora, só para concluir, Sr. Deputado, (...)

O Deputado Miguel Martini (Em aparte) - Então, entendi que é uma posição ideológica defendida. Naturalmente, por esse pouco tempo que nos resta, vamos voltar a debater, porque, aí, quero entender a posição de um de seus companheiros, que tem essa mesma orientação ideológica, que é do mesmo partido, que fez pior do que Minas Gerais, como é o caso do Rio Grande do Sul, pois ele privatizou totalmente a empresa.

O Deputado Anderson Aduato - Sr. Deputado, acho que o senhor faria muito melhor, como Deputado do PSDB, ao invés de vir (...) Vocês têm mania de, quando vem um Deputado do PT aqui, trazer exemplos de outros lugares, como do Espírito Santo. Se o senhor quiser fazer colocações, faça a defesa do comportamento do seu Governador e estude como eu estudei, para vir aqui fazer uma defesa jurídica.

O Deputado Miguel Martini (Em aparte) - Já o fiz. O Tribunal de Contas e o Tribunal de Justiça deram pareceres favoráveis. Já fiz a defesa.

O Deputado Anderson Aducci - Concluindo, Sr. Presidente, o senhor me perdoe: se eu estivesse no lugar de V. Exa., aguardaria a conclusão do meu pronunciamento, porque realmente a pedi na condição especial que está no Regimento, no art. 71, que diz que cabe às Lideranças usar a palavra quando o motivo for relevante.

Este é um assunto que faço questão de abordar. Os senhores, do PSDB, podem ter a certeza de que não varrerão para debaixo do tapete, da forma como querem, a venda das ações da CEMIG. Vocês pagarão o preço histórico pela irresponsabilidade de fazer esse acordo de acionistas, principalmente o Vice-Governador do Estado. Não quero insinuar que é ele quem governa, que não existe governo ou que o Governo não tem o pulso suficiente. Não quero insinuar isso. Mas quero dizer que todos sabemos muito bem que quem conduziu todas essas negociações foi o Vice-Governador. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para impedir essa venda. As ações foram vendidas, mas o Conselho de Acionistas ainda não assinou. Estamos em tempo hábil, tentando mostrar aos Srs. Deputados que essa negociação trará prejuízo ao Estado. Percebi claramente, pela fisionomia de cada um dos Deputados presentes, que eles estão chocados com o que eu li. Vou tomar a liberdade de passar a cada Deputado desta Casa a cópia deste discurso, para que eles possam avaliar a gravidade do assunto e a irresponsabilidade do Governo em fazer esse acordo com o acionista minoritário. Em meu entendimento, o Estado de Minas perdeu, sob todos os aspectos, o controle da CEMIG. E perdeu de forma irresponsável. Perdeu com prejuízos para o Estado.

Srs. Deputados, não estou aqui como membro de um partido que tem expectativa para os próximos quatro anos. Não estou aqui em defesa de nenhum candidato a Governador. Estou aqui como um Deputado do Triângulo, região onde está situada a maioria do patrimônio da CEMIG. Tenho uma obrigação maior do que a maioria dos Deputados de conhecer esse assunto com maior profundidade. Então, Srs. Deputados, gostaria que os senhores avaliassem e conhecessem esse acordo de minorias, que tira, efetivamente, o controle acionário do Governador, colocando o Estado de quatro junto ao acionista minoritário. Nunca vi isso em minha vida.

265ª reunião ordinária deliberativa

Discursos Proferidos em 5/6/97

O Deputado Ermano Batista - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, embora o objetivo maior de minha presença hoje nesta tribuna seja o prazer pela constatação de um fato auspicioso e a oportunidade de gravá-lo, faço-o ainda por considerar obrigação o reconhecimento e a menção de valores quando estes afloram. Elogiar o êxito é premiar a competência. Sonegar relevância é negar a história, injustiçar o presente e sacrificar o futuro. Se o agora sofrer sob o estigma da ingratidão, o porvir, com certeza, vai reclamar pela falta de informação.

O Estado de Minas tem algo importante para comemorar. Eu me permito realçar e registrar. Teve início em Havana, capital de Cuba, dia 2 deste, e termina amanhã, dia 6, o "II Congresso de Secretários Municipais de Saúde das Américas".

Vejam os senhores que a Organização Mundial da Saúde convidou o Dr. José Rafael Guerra Pinto Coelho para estar presente. Até então nada de extraordinário, diriam os senhores, mas acontece que o nosso Secretário de Saúde foi lá, a pedido, para falar sobre os Consórcios Intermunicipais de Saúde para Secretários Municipais de Saúde de inúmeros municípios das Américas. A grandiosidade de seu trabalho extrapolou as fronteiras de Minas e foi muito além dos limites do Brasil.

Não é sem causa. O Dr. Guerra inventou um modelo ímpar mas eficaz, fincado na cooperação, não apenas para enfrentar as doenças, mas também para evitá-las. Provou que os problemas da saúde em Minas eram - e os do Brasil continuam - muito mais de gestão que de orçamento. E convenhamos que compatibilizar recursos com a demanda foi sempre tarefa das mais difíceis e que vem desafiando os mais perspicazes administradores no curso do tempo.

Espírito agudo, o Dr. Guerra dividiu meios de equacionar os problemas da saúde pela regionalização do atendimento, usando dos hábitos bem típicos de nossa gente, onde a substância chamada solidariedade é o ponto mais alto de toda a construção. Foi sob esta inspiração que o Dr. José Rafael Guerra, eminente Secretário da Saúde deste Estado delineou o inspirado e arrojado Projeto de Intermunicipalização da Saúde, de tal forma que os recursos integrados das diversas cidades de uma microrregião possam servir e aproveitar a todos, indiscriminadamente, com maior rendimento e menor custo possível.

Como exemplo da eficácia da empreitada cito o Hospital Regional de Guanhães, que, durante o ano de 1996, atendeu 2.700 pacientes e, de janeiro a maio deste ano, em apenas 5 meses, depois de ser transformado em referência de consórcio, atendeu 28.000 pacientes. Média mensal de 5.600, mais que o dobro de todos os procedimentos do ano anterior. Menciono apenas um consórcio, vejam os senhores que Minas tem hoje 52, envolvendo 607 municípios e mais de 9 milhões de pessoas.

Podemos afirmar, sem erro, que o Sr. Secretário está no caminho certo, e, por isso, a saúde em Minas vai bem. Seu esforço e sua competência foram vistos de tão longe, pela Organização Mundial da Saúde. Seria demasiado injusto nós aqui, bem próximos, deixarmos de reconhecer e registrar. Parabéns para Minas e para o Governador Eduardo Azeredo, que respaldou e ofereceu as condições necessárias à consecução deste íngente, exitoso e extraordinário serviço. Ao Sr. Secretário, Dr. José Rafael Guerra Pinto Coelho, os nossos cumprimentos, a nossa reverência e sinceros votos para que continue, com o mesmo brilho, sua invejável trajetória. Muito obrigado.

O Deputado Leonídio Bouças* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderíamos deixar de, hoje, 5 de junho, fazer referência ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Tivemos ontem uma sessão especial dedicada ao tema, mas gostaríamos de ler um artigo que saiu no "Estado de Minas" de hoje, numa edição especial dedicada ao meio ambiente. O artigo é de Lélcio Costa e Silva, coordenador do Projeto Xerimbabo e Diretor do Centro de Biodiversidade da USIPA- CEBUS. (- Lê:)

"Como os ventos, beija-flores, abelhas, gralhas, cutias amaram, respeitaram e arborizaram. Descobriram que a natureza viva depende do coração. Nunca mais colocaram fogo nas matas. Economizaram energia. E, quando saíram, todos apagaram as luzes. Nem precisaram do horário de verão. Não mataram mais passarinhos, nem ficaram sozinhos. Foram para o trabalho a pé e de bicicleta, revitalizando-se debaixo das frondosas árvores, finalmente poupadas das podas. Plantaram hortas, jardins e a esperança em todas as escolas. Recuperaram as matas ciliares e cessaram de jogar lixo e entulho nas margens dos rios. Nunca mais adoeceram, nem foram varridos pelas enchentes. Nem se expoliaram mais, justificando, assim, o sábio título de "homo sapiens". Compartilharam, então, a saúde, a beleza, a igualdade e a harmonia. Cultivaram as plantas medicinais naturalmente, em auto-reconhecimento. Não mais poluíram, evoluíram.

Não perderam mais as suas almas com o desenvolvimento das cidades. Pararam de escrever nos muros. Não danificaram mais as placas, telefones públicos, postes, lâmpadas e outros bens de uso comum, porque experimentaram pedir socorro. Descansaram, enfim, os olhos e as mentes, dando uma pausa aos aparelhos eletrônicos. Restabeleceram, com isso, o diálogo. As famílias reaprenderam a conversar, e as visitas não precisaram mais olhar emudecidas para as paredes. Deram vida nova ao lixo. Criativamente provaram que ele não existe.

Praticando a saúde e a solidariedade, fizeram esportes e deram-se as mãos. E nunca mais fumaram droga alguma. Recusaram-se a despejar seus esgotos nos rios. Beberam e inebriaram-se de brio. Tornaram-se cordiais com os vizinhos. Reconciliaram-se os inimigos todos, diante do espelho. Adequaram as empresas, que passaram a dar lucro também para o ambiente. Instituíram a educação ambiental interior.

Ninguém mais buzinou, nem azucrinou. Usaram o sorriso da segurança. Nem sujaram mais as ruas e as estradas pelas janelas. Perceberam o mesmo caminho. E conseguiram ver o arco-íris refletido, igualmente, nas pérolas iridescentes, nas peles brilhantes das jibóias, na plumagem das saíras-de-sete-cores, nas telas das aranhas - artistas ao sol, nas gotas de orvalho nas bromélias, nas asas das moscas berneiras e até em milenares besouros. Descobriram-se, enfim, nas leis naturais. Arrumaram a própria 'oikos', a casa, o planeta. Todos, agora, permanecem encantados."

Meus senhores, meus amigos, colegas Deputados, que cenário magnífico é este: um cenário paradisíaco, como diz o meu colega Genaro, que me ouve com atenção. É preciso que façamos uma análise sobre "arrumaram a própria 'oikos', a casa, o planeta". Eu considero que o mundo, realmente, está evoluindo, mesmo que a passos muito lentos, para a preocupação com o meio ambiente. Há algumas décadas, não existia nem mesmo a expressão meio ambiente. Ninguém se preocupava com isso, e hoje existe uma conscientização de que o meio ambiente é o próprio homem; este, para a sua existência, tem que cuidar da sua casa, do planeta Terra. Há alguns anos, as pessoas podiam imaginar, não cuidando do meio ambiente, que o planeta Terra era infinito, porque esgotos eram jogados nos rios, com todos os detritos químicos, acabando com a fauna e a flora, as florestas sendo destruídas. Isso, infelizmente, não terminou, mas já existe hoje uma consciência de que não poderemos ser colocados em foguetes espaciais à procura de outros planetas para habitar.

O homem precisa cuidar da sua própria casa, da "oikos", do planeta Terra. É por isso que hoje, no Dia Mundial do Meio Ambiente, fico feliz em constatar que houve uma melhora significativa não só no Brasil, mas também em todo o mundo, sobre a questão ambiental. Ela é o que mais nos preocupa hoje. Seremos lembrados como a geração do início da grande preocupação que o planeta exige, que é a sua preservação. As pessoas - muitas, ainda, por não-conscientização - não sabem o significado pleno do que é cuidar do meio ambiente. Mas, quando deparamos com um mundo cada vez mais habitado, com mais problemas, numa evolução da nossa civilização, é preciso que prestemos grande atenção a artigos como esse que acabei de ler. O "homo sapiens", o gênero humano tem de cuidar do planeta, porque somos responsáveis por ele. Enquanto não tivermos a devida atenção com os problemas ambientais, estaremos caminhando, indiscutivelmente, para o extermínio da própria espécie humana.

É por isso que quero saudar, neste Dia Mundial do Meio Ambiente, a todos aqueles que têm essa consciência de trabalhar pela preservação ambiental. Vejo as escolas, neste dia, em várias cidades, com os alunos se congratulando, fazendo visitas a áreas ambientais. Dá-nos muita alegria ver que ainda existe, mesmo que muito incipiente, uma preocupação, no Brasil e em Minas Gerais, com o meio ambiente. Viva o Dia Mundial do Meio Ambiente! Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estava previsto que, na reunião de ontem, fariamos um debate sobre a CEMIG, proposto pelo Deputado Anderson Aduato. Mas, pela exigüidade do tempo, não foi possível fazermos o debate. Pudemos fazer apenas pequenos apartes, utilizando o pouquíssimo tempo de que dispúnhamos. Hoje, eu gostaria de solicitar a transcrição nos anais da Casa do artigo que passo a ler, de autoria de um dos economistas e comentaristas econômicos de maior respeitabilidade, pelo conhecimento e pela competência. Por diversas vezes pude presenciar debates entre Ministros e o jornalista e analista econômico Luís Nassif, que fez uma matéria a respeito da CEMIG e da venda dos 33% das ações. É uma análise de alguém isento, de alguém que é conhecedor da matéria econômica, de alguém que é conhecedor da realidade do País, mas não tem cor partidária, não tem nenhum interesse ideológico; apenas faz a leitura da real situação, enfocando a questão pública dos interesses e das vantagens dessa operação. "O Modelo CEMIG", assim se intitula o artigo. (- Lê:)

"Se Minas Gerais desenvolveu a arte da conciliação, o modelo mineiro de semiprivatização, adotado na CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais) é sua última manifestação. Na semana passada foi vendido 33% do capital votante da companhia, correspondente a 14,4% do capital total, por US\$1.130.000.000,00 - praticamente o mesmo valor obtido pela Vale do Rio Doce.

É preço para Vale nenhuma botar defeito. Por esse valor, o Governo vende 1/7 de uma companhia submetida a todas as limitações da Lei das Licitações e com 5% de seu faturamento - segundo acordo de acionistas - sendo canalizado para atendimento de setores com retorno social. A venda resolve inúmeros problemas.

No curto prazo, permitiu ao Governo mineiro pagar o empréstimo de US\$442.000.000,00 que o BNDES havia adiantado ao Estado, por conta de seu programa de reestruturação. Com a operação, o Banco recebeu o dinheiro de volta, corrigido pela taxa de juro de longo prazo - TJLP - mais 8% ao ano e, de quebra, 10% de prêmio sobre a valorização das ações da CEMIG - dadas em caução -, que correspondeu a mais US\$50.000.000,00.

No total, o Banco recebeu US\$600.000.000,00. O Governo mineiro ficou com a diferença para investir no próprio Estado. E os novos sócios internacionais fincaram o pé no Brasil, podendo conferir à CEMIG experiência, inclusive, para se tornar uma operadora internacional.

O mais importante, porém, é que criou um modelo que, sem ir até os limites da privatização, na prática vai permitir colocar a empresa a salvo de qualquer interferência política futura. O Estado mantém 51% das ações com direito a voto. Mas os dois novos acionistas - a Southern Electric, de Atlanta, e a AEF, de Virgínia - serão elementos de controle relevante. O Governo de Minas continuará indicando o Presidente e os Diretores Financeiro, de Distribuição, de Gestão Empresarial e de Projetos e Construção. Os novos sócios indicarão o Vice-Presidente, mais os Diretores de Geração, de Produção e de Material, além de 4 dos 11 membros do Conselho de Administração.

Decisões importantes para a companhia - como mudanças nos objetivos, nos investimentos, no plano estratégico e de negócios e na política de dividendos - só poderão ser aprovadas por consenso. Assim, não haverá maneira de nenhuma das partes - Governo do Estado e sócios estrangeiros - tomar qualquer tipo de decisão que possa prejudicar a companhia, em favor de seus interesses específicos." Ou seja, nem o Estado nem a iniciativa privada - esse parceiro estratégico - poderão beneficiar seus interesses pessoais. Será observado sempre aquilo que for o melhor para a empresa e o melhor para Minas Gerais.

"O mais importante é que, sem se descuidar dos aspectos sociais, todo o potencial da CEMIG - que é empresa integrada, com geração, transmissão e distribuição de energia - poderá ser utilizado para alavancar operações que transcendam muito o Estado de Minas Gerais. Na história industrial recente do País, a CEMIG ocupa lugar de honra - ao lado da PETROBRÁS. Além de contribuir para a industrialização da região, de seus quadros saíram os técnicos que mudaram a história do planejamento no País. Com as mudanças, ela poderá entrar no milênio como uma das alavancas do processo de modernização do setor elétrico."

Não me consta que Luís Nassif seja correligionário do Governador, não me consta que ele seja do PSDB; o que me consta é que suas análises são isentas. E, se formos isentos na avaliação, vamos concluir da mesma forma como temos defendido aqui e em diversos debates de que participamos, dizendo que o fato de o Governo não poder mais fazer o que quiser com a CEMIG tem aspectos positivos, mas tem aspectos negativos também, como já falamos por diversas vezes. Qualquer governante poderia fazer o que quisesse da CEMIG e não mais poderá fazer. A CEMIG está protegida contra possíveis desmandos no futuro. Minas não corre mais esse risco. Um percentual de 5% será destinado para investimentos na área social, garantidos no contrato. Minas continuará decidindo a política energética deste Estado, porque tem 51% das ações. E, se porventura alguma coisa não for do interesse de Minas, se alguma proposição do Governo não for do interesse da empresa, isso será negociado, buscando-se um ponto de equilíbrio e aquilo que for melhor para a empresa. Perder cargos com a divisão das oito diretorias, mas ficar com a Presidência, ficar com a Diretoria Financeira, ficar com a Diretoria de Distribuição, que é das mais importantes, ficar com a Diretoria de Gestão Empresarial e a Diretoria de Projetos e Construções não é pouca coisa.

Em nenhum momento dissemos que não estávamos partilhando a direção da empresa; pelo contrário, como sempre afirmamos, estamos buscando não apenas vender as ações, queremos o melhor para a empresa. E isso significa ter um sócio que possa contribuir. Quando foi exigida a pré-qualificação daqueles que queriam comprar a CEMIG, foi para garantir que não viesse qualquer empresa, o que não interessava para Minas Gerais. Isso poderia ter sido feito irresponsavelmente, poderia ter-se vendido as ações na Bolsa para especuladores que apenas ganhariam dinheiro com a compra e a venda de ações. Não foi isso que o Governo quis fazer: ele parte do valor de R\$18,40 e vende por R\$60,00 o lote de 1.000 ações da CEMIG. Então, o valor das ações é praticamente três vezes maior.

Agrega-se, como reconhece Luís Nassif, experiência, respeitabilidade internacional, e abrem-se as portas para o mercado internacional, a fim de que se tragam benefícios para Minas Gerais. Além disso, acredito que se garante, de uma vez por todas, que ninguém mais vai pensar, querer nem poder privatizar essa empresa, porque não mais haverá interesse nisso. Minas está preservada, o interesse de Minas está preservado.

Queremos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao encerrar este nosso pronunciamento, dizer que Minas ganhou com essa operação inteligente. Os interesses de Minas estão assegurados. Não há mais risco, e isso é reconhecido não por nós, mas por alguém isento, que faz uma análise técnica com a necessária competência. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias e profissionais da imprensa, ocupamos a tribuna nesta tarde para saudar a imprensa. Ontem, aqui fizemos crítica ao jornal "O Tempo" e queremos dizer que achamos bonita a atitude tomada pelo jornal, em face do processo democrático, mostrando pleno conhecimento da lei de imprensa. O jornal, que havia publicado um artigo relativo ao ex-Prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias, dizendo que ele havia feito contrato irregular, vem, hoje, em sua primeira página, com uma correção dizendo: "Manchete da primeira página de "O Tempo", do dia 2 de junho, interpretou de modo equivocado documentação existente sobre a contratação da Consultoria URBAN pela Prefeitura de Belo Horizonte, em 1994, durante a gestão de Patrus Ananias. O título dizia: "Patrus fez contratação irregular quando o correto seria dizer que a contratação foi feita sem licitação, de acordo com os documentos". Queremos parabenizar o jornal por ter reconhecido seu erro, que, logicamente, trouxe transtornos, preocupações. Mas, em momento nenhum, nós, do PT, tivemos dúvida de que essa matéria viesse prejudicar a imagem que hoje é clara para todo o povo de Minas Gerais: a maneira ética, transparente e competente com que Patrus Ananias dirigiu a Prefeitura de Belo Horizonte. Fica, mais uma vez, evidenciado que o jornal reconhece que a administração Patrus Ananias agiu corretamente, o que motivou a correção da matéria publicada. Isso é extremamente importante no processo democrático. Não poderíamos deixar de elogiar a atitude tomada pelo jornal, que, sei, não deve ter sido fácil para seus editores, mas, com certeza, foi melhor do que a permanência no erro, correndo o risco de perder a sua credibilidade. Com essa atitude, o jornal "O Tempo" demonstra ser jornal sério, que pretende divulgar matérias que tenham fundamento e possam trazer informações ao povo de Minas Gerais.

A segunda questão que gostaríamos de abordar, nesta tarde, refere-se à defasagem dos salários dos servidores públicos. Gostaria de fazer apelo ao Líder do Governo, Deputado Péricles Ferreira, que tem se esforçado em negociar com o Governo, e, também, à Presidência da Casa, para que pudéssemos discutir com o Governador do Estado uma maneira de resolver a questão dos salários defasados dos servidores públicos. Todos viram publicado no "Minas Gerais" de ontem a concessão, por parte do Governador, de reajuste por meio de gratificações, para a Polícia Militar. Acharnos mais do que justo que os policiais militares, que têm, também, seus salários defasados, recebam reajustes. Não somos contra o reajuste concedido aos militares por decreto, pelo Governador do Estado.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Falando, dentro da ordem, sobre esse reajuste para os militares, quero fazer saber - e acho que V. Ex^a. sabe disso - que tramita nesta Casa uma proposição de lei nossa, para que eles recebam, também, por periculosidade, a insalubridade que outros funcionários públicos recebem quando lidam com o perigo. Fizemos uma emenda ao orçamento, na época, sabendo que era inconstitucional, mas nossa intenção era trazer o assunto a debate para que pudéssemos aumentar substancialmente a parcela do orçamento destinada às Polícias Civil e Militar, que, diga-se de passagem, é composta por heróis, na sua grande maioria. Não fosse o ideal heróico, a maioria já estaria precipitada na corrupção, em face dos salários vis que são pagos àqueles que são encarregados de nos dar segurança. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Agradeço a colaboração do Deputado Raul Lima Neto e quero dizer que achamos correto que os militares recebam o reajuste. Entendemos que seria melhor a existência de um projeto de lei garantindo o reajuste e não só a gratificação, porque ela pode, a qualquer momento, ser cortada. Esse reajuste teve impacto na folha. O Governo tem dito que não há recursos. Mas eu pergunto: por que não estender essa mesma gratificação aos servidores civis? Qual é o problema do Governo com essa classe? Não entendemos por que os professores, o pessoal da saúde, da Polícia Civil e dos vários órgãos, que prestam relevantes serviços ao Estado, também não têm esse direito? Não conseguimos compreender o porquê desse tratamento diferenciado! Achamos correto o reajuste da Polícia Militar, que faz um serviço maravilhoso. Temos visto, em nível nacional, uma série de denúncias contra a Polícia Militar. Em Minas Gerais ela faz um trabalho excelente. Não vimos denúncias, como em outros Estados, contra a Polícia Militar. Achamos que realmente merecem esse reajuste, talvez até maior e feito por meio de projeto de lei, não como gratificação, porque podem tirá-la. Vamos discutir seriamente pois os servidores civis continuam sem reajuste há mais de dois anos. Eles também têm direito a isso.

Faço apelo ao Presidente da Assembléia, Deputado Romeu Queiroz, para que possamos discutir seriamente a situação dos servidores desta Casa, que também se encontram em dificuldades. O Governo disse que é preciso tratamento isonômico e que não queria que o Poder Legislativo tivesse reajuste porque os Poderes Executivo e Judiciário não tiveram. O Governo está fazendo, agora, reajuste no Executivo. Por que não discutir, então, a situação no Legislativo? Entendemos que isso é preciso. O Governo diz que não está tendo reajuste, mas isso está ocorrendo, só que da forma que ele quer. Vamos enviar um projeto de lei à Assembléia e discutir um reajuste para todos. Vamos dar tratamento igual a todas as pessoas, como diz o art. 39 da nossa Constituição. Ela diz que deve haver tratamento isonômico entre os Poderes. E é exatamente isso que queremos. Não queremos que o Governador continue, por meio de decreto, fazendo ajustamentos. Isso prejudica, inclusive, o plano geral de carreira dos servidores, porque uma das coisas que deturpa a questão salarial são exatamente as gratificações. Entendemos que os servidores precisam ter planos de carreira claros, com vencimentos claros, sem a necessidade de ficar fazendo esses arranjos por meio de gratificações, porque, na verdade, elas não espelham a realidade e, depois, os servidores não poderão continuar com o vencimento mais a gratificação, pois vão ter problemas nas aposentadorias.

Queremos encerrar o nosso pronunciamento dizendo mais uma vez que confiamos na sensibilidade do Presidente da Assembléia, Deputado Romeu Queiroz, e do Líder do Governo, para que o Governo possa tratar essa questão de forma séria. Os servidores querem discutir seriamente. Vamos dar o tratamento isonômico aos servidores dos Poderes para que, de fato, tenhamos condições de ver o nosso Estado cada vez mais forte, prestando serviço cada vez melhor em todas as áreas, porque os servidores merecem e têm feito de Minas Gerais exemplo em nível nacional. Muito obrigado.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, público presente, imprensa, queremos fazer um breve comentário a respeito da fala do Deputado Miguel Martini com relação à CEMIG. Ele leu um artigo do economista e comentarista, Luis Nassif, a respeito da importância dessa negociação feita dos 33% de ação da CEMIG, elogiando a iniciativa.

Não estou com o documento em mãos, gostaria de tê-lo, para mostrar que, num parágrafo, ele coloca claramente, mesmo fazendo os elogios à operação, a forma como foi feita e também como ocorreu a perda do controle. Vou ler o parágrafo. O articulista fala sobre o modelo CEMIG e que realmente Minas desenvolveu um arco da conciliação, etc. Esse artigo do Luis Nassif elogiando essa operação, que foi lido pelo Deputado Miguel Martini - e aqui eu pediria ao Líder do Governo, Deputado Péricles Ferreira que prestasse atenção a essa fala -, na qual ele diz o seguinte: "Decisões importantes para a companhia, como mudanças nos objetivos, investimentos, plano estratégico de negócios e política de dividendos só poderão agora ser aprovadas por consenso". Deputado Miguel Martini, está claro que houve a perda do controle. Continua o economista dizendo que "assim não haverá maneira de nenhuma das partes, nem Governo do Estado e nem sócios estrangeiros, tomarem qualquer tipo de decisão que possa prejudicar a companhia em favor de seus interesses específicos". Quer dizer que o Estado não pode tomar nenhuma deliberação, de acordo com o acordo de acionistas. Esse artigo foi distribuído como se fosse uma grande vitória, vamos dizer, um endosso a essa operação feita por um analista econômico de renome nacional, mas é bom que se frise os dois parágrafos nos quais ele fala que há, de fato, a perda de controle, porque o Estado não poderá mais definir operações acima de R\$1.000.000,00. Para uma empresa como a CEMIG, praticamente qualquer tipo de operação perfaz essa quantia. Então, mais uma vez, o Deputado Miguel Martini, usando a retórica brilhante de sempre se empolga demais com as ações do Governo, esquecendo-se de fazer uma análise séria e contundente, mostrando que há de fato um prejuízo para Minas Gerais. Conforme havíamos denunciado anteriormente, o Governo está entregando a CEMIG para o estrangeiro, ou seja, para a empresa Southern Company, que há anos já estava na CEMIG. Eu disse que essa empresa estava há um ano na CEMIG, mas o Deputado Miguel Martini disse que ela estava há três anos.

Agora, a respeito do Governo ser colocado na cadeira elétrica das eleições é uma fala de uma pessoa ligada ao próprio Governo - ou foi sempre ligado -, que é o ex-Senador Murilo Badaró, e não estamos aqui para endossar as suas palavras, não. Com relação à CEMIG, ele tem algum conhecimento, mas não é o conhecimento total - até porque ele está querendo dar uma de opositorista. Trata-se de pessoa que sempre esteve ao lado das mamatas do Governo, sempre mandando nas tetas do Governo. Principalmente quando dirigiu o IBC - e agora está dizendo que não existe oposição em Minas Gerais. Oposição existe. O que podemos fazer? Temos que respeitar as regras do jogo. Só podemos fazer uma disputa institucional. Isso a nossa Bancada tem feito com muita seriedade e vigor. Mas o ex-Senador está usando o jornal e querendo também dizer que a nossa Bancada não faz oposição. Fazemos oposição sim, denunciando o que é de errado. Mas nunca compactuamos com falcetras. Volto a dizer que a operação da CEMIG é nefasta, é prejudicial e, de fato, o Governo perdeu o controle da companhia.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Bancada do PT estará votando esse projeto, mas queremos deixar aqui algumas ressalvas e justificativas sobre o nosso voto.

Em primeiro lugar, saliento que com esse projeto o Governador atropelou o Poder Legislativo, na medida em que, desde janeiro, o Governo já deixou de fazer o desconto dos militares e agora manda o projeto para a Assembléia Legislativa. Ele cria a situação e depois nos joga o projeto para referendá-lo. Achamos essa atitude ruim. O Poder Executivo, dessa forma, não deixa outra alternativa, porque, se rejeitássemos esse projeto, o que iria ocorrer? Os militares teriam que fazer o pagamento, mensalmente, do que não foi descontado de seus salários de janeiro até hoje. E sabemos que, em virtude da falta de reajuste anterior - o que só agora acontecerá por força de um decreto - eles não teriam como fazer essa devolução e, logicamente, se endividariam.

Entendemos que essa não é a melhor maneira de agir. O ideal é discutirmos todos os projetos, pois, ao mesmo tempo, criou-se uma dificuldade, porque muda-se o cálculo do Instituto. Pelo menos, a emenda que foi apresentada permite que os servidores continuem como estão e que o Governo mantenha a sua contribuição na ordem de 20%, o que supera os 2/3, já que o servidor, que contribuía com 10%, passa a contribuir com 8% e, conseqüentemente, há uma modificação na sistemática 1/3, 2/3.

Queremos aproveitar esta oportunidade, também, para dizer que o Governo não deve só ao IPSEMG, mas também ao IPSM, hoje, por volta de R\$194.000.000,00, o que pode levá-lo a ter dificuldades. Só que, como o IPSM tinha maiores recursos, suportou o que o IPSEMG não conseguiu, pois lá o Governo entra com 2/3. Esperamos que o Governo Estadual modifique sua postura em relação ao servidor civil, uma vez que o servidor militar contribuía com 1/3 e o Governo com 2/3. Já no caso do servidor civil, a contribuição é de 2/3 e a do Governo de 1/3. Então não entendemos o porquê desse tratamento diferenciado. Esperamos, sinceramente, que na reformulação do IPSEMG, possamos ter essa modificação e que haja um tratamento igual em termos de desconto e contribuição patronal, e que o Governo, que é patrão tanto da Polícia Militar quanto dos demais servidores, desconte e contribua com os institutos com valores compatíveis. Isso não é correto, leva a distorções e prejuízos. Essas são as observações que gostaríamos de deixar registradas em nome da Bancada do PT.

Vamos votar, mas deixamos o nosso protesto quanto à forma pela qual o Governo nos coloca contra a parede, sem opção, porque cria o fato e depois temos de homologá-lo. Isso fere o princípio da autonomia dos Poderes. Muito obrigado.

O Deputado Olinto Godinho -Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras, terça feira, dia 3 de junho, apresentei a esta Casa uma proposição para a qual quero contar com o apoio de V. Exas.: trata-se de um projeto de lei que proíbe que se implante descontos nos vencimentos dos servidores públicos sem seu prévio conhecimento.

Os servidores públicos estaduais não têm aumento ou mesmo, qualquer reajuste, há mais de dois anos, pelo contrário, nesse período só houve a instituição e o recolhimento da contribuição compulsória para constituição do Fundo de Aposentadoria.

Todos sabemos como é difícil a vida dos servidores: de uns tempos para cá têm aumentado muito as suas reclamações, no que se refere a descontos implantados em seus contracheques, e, na maioria das vezes, ditos, como devolução de recursos percebidos indevidamente.

Mas isso não se avisa ao servidor, não . Um belo dia, ao receber seus vencimentos referentes ao mês anterior, percebe que eles vêm muito reduzidos. O servidor se desespera, corre atrás do prejuízo e tenta descobrir o que houve, quem está descontando, por que está descontando, por quanto tempo haverá aquele desconto e com que base legal ele é feito.

É difícil encontrar a explicação, na maioria das vezes ela vem incompleta, mesmo assim, depois de percorrer diversos órgãos e departamentos. Nas escolas, procura-se o diretor, este vai à Superintendência de Ensino que, por sua vez, vai à Superintendência da Fazenda, que, por sua vez, vai verificar junto à Secretaria de Administração e o transtorno vai só aumentando . Percorrida a via-crúcis, na maioria das vezes, não se consegue resposta satisfatória .

Com este projeto pretendemos que o servidor saiba com antecedência o que vai ser descontado, quanto vai ser descontado, por que será descontado, por quantos meses haverá o desconto e, mais importante, qual a base legal do referido desconto .

Dessa forma o servidor saberá com antecedência como será sua vida financeira e não será mais surpreendido .

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 9/6/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.453, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Especifico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:mm

Gabinete do Deputado Baldonado Napoleão

nomeando Luiz Paulo Almeida Pinto para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Marislene Ferreira Napoleão Barros para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18.

AVISO DE LICITAÇÃO

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 47/97 - Objeto: aquisição de papel A-4 e papel Ofício II. Licitantes vencedoras: SPP Nemo S.A. Comercial Exportadora (subitem 1.1) e Encapa Comércio de Papéis Ltda. (subitem 1.2).

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as Entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 00124 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Grupo Espirita Legionarios Maria - Patos Minas.

Deputado: Hely Tarquinio.

Convênio Nº 00132 - Valor: R\$1.000,00.

Entidade: Associacao Moradores Alto Lobo - Guimaraná.

Deputado: Ajalmar Silva.

Convênio Nº 00133 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Sociedade Benef. Socorro Pobres - Lagoa Prata.

Deputado: Maria Olivia.

Convênio Nº 00134 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Deficientes Boa Esperanca - Boa Esperanca.

Deputado: Dilzon Melo.

Convênio Nº 00135 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Associacao Pais Amigos Excepcionais - Estrela Sul - Estrela Sul.

Deputado: Ajalmar Silva.

Convênio Nº 00136 - Valor: R\$9.000,00.

Entidade: Conselho Desenv. Comun. Descoberto - Descoberto.

Deputado: Elmo Braz.

Convênio Nº 00139 - Valor: R\$20.000,00.

Entidade: Sociedade Civil Grupo Teatral Juec - Sao Lourenco.

Deputado: Ambrosio Pinto.

Convênio Nº 00140 - Valor: R\$2.908,00.

Entidade: Associacao Mantenedora Guarda-mirim Montes Claros - Montes Claros.

Deputado: Carlos Pimenta.

Convênio Nº 00143 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Obras Assistenciais Casa Caminho - Araxa.

Deputado: Ajalmar Silva.

Convênio Nº 00144 - Valor: R\$6.500,00.

Entidade: Associacao Progresso Janauba - Janauba.

Deputado: Elbe Brandao.

Convênio Nº 00145 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Associacao Rural Dionisio - Dionisio.

Deputado: Mauri Torres.

Convênio Nº 00146 - Valor: R\$8.000,00.

Entidade: Hospital Imaculada Conceicao - Galileia - Galileia.

Deputado: Jose Henrique.

Convênio Nº 00147 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Associacao Feminina Sol Nascente - Ibirite.

Deputado: Wanderley Avila.

Convênio Nº 00148 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Aristides Ramos Balmant - Conceicao Ipanema.

Deputado: Antonio Genaro.

Convênio Nº 00150 - Valor: R\$10.400,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Caparaó - Caparaó.

Deputado: Sebastiao Costa.

Convênio Nº 02703 - Valor: R\$20.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Patrocínio - Patrocínio.

Deputado: Romeu Queiroz.

IPLEMG

Aviso de Licitação

Convite nº 11/97 - Objeto: aquisição e montagem de sistema de condicionamento de ar do 1º andar. - Ed. Tiradentes. - Licitante vencedora: Therma Engenharia Ltda.

ERRATAS

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.010/97

Os Anexos I e II constantes no parecer em epígrafe são os seguintes, ficando desconsiderados os publicados na edição do dia 7/6/97, pág. 26, col. 3:

PARECER de REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 536/95

Fica sem efeito a publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 7/6/97, pág. 26, col. 3.